

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN”, também denominada “Companhia” ou “Controladora”, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, “Grupo”). A sede social da Companhia está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de valores de São Paulo (B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais.

O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí – (“TECAR”), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Estado do Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são também feitas por meio desse terminal por intermédio de prestação de serviços à siderurgia da CSN.

As atividades de mineração englobam ainda a exploração de estanho no Estado de Rondônia, a fim de suprir as necessidades da UPV. O excedente dessas matérias-primas é comercializado com controladas e terceiros.

- **Cimentos:**

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda (RJ), a Companhia instalou uma nova unidade de negócios que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Explora ainda calcário e dolomito na unidade de Arcos, no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

No quarto trimestre de 2016 a unidade de Arcos/MG, iniciou a operação da sua segunda linha de produção de clínquer. Com isso a Companhia é autossuficiente na produção de cimento, com capacidade instalada de 4,7 milhões de toneladas anuais.

- **Logística**

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a Malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), Transnordestina Logística S. A. ("TLSA") e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), as quais detêm a concessão para operar a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II), ainda em fase de construção, e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuri, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres ("Tecon"), e por meio de sua controlada CSN Mineração S.A. ("CSN Mineração"), o TECAR, ambos no Porto de Itaguaí. Localizados na baía de Sepetiba, possuem privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas e no TECAR, o embarque do minério de ferro destinado ao mercado transoceânico, embarque e o desembarque de carvão e outros produtos, como coque de petróleo, enxofre e concentrado de zinco para consumo próprio e para clientes diversos.

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

A nota 25 - "Informações por Segmento de Negócios" apresenta o detalhamento das informações financeiras por segmento de negócios da CSN.

- **Continuidade Operacional:**

Em 2017 o Grupo amortizou, entre principal e juros, cerca de R\$4,2 bilhões de seus empréstimos e financiamentos. Até março de 2019 são esperados pagamentos de empréstimos, que, incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam aproximadamente R\$8,9 bilhões após a rolagem da dívida.

A alavancagem financeira pode afetar adversamente os negócios, condições financeiras e resultados operacionais, podendo implicar nas seguintes considerações:

- Dedicação de parte substancial do caixa gerado das operações para pagamento de empréstimos e financiamentos;
 - Exposição (i) a flutuações das taxas de juros, pela repactuação de dívidas e eventuais novas captações de empréstimos e financiamentos; e (ii) ao câmbio, uma vez que parte importante dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira;
 - Aumento de vulnerabilidade econômico-financeira pelas eventuais condições adversas da indústria e segmento, pela limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos;
 - Limitação da habilidade da Companhia na realização de novos negócios (aquisições) até que a alavancagem financeira seja reduzida;
 - Limitação da habilidade da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.
-

A habilidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pela Administração, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

Além do foco contínuo em melhorias do resultado operacional, a Administração tem diversas iniciativas em curso para aumentar a liquidez da Companhia, por meio de alongamento de prazos de pagamento de empréstimos e financiamentos.

Este plano foi iniciado em 2015, com a repactuação de R\$2,5 bilhões com a Caixa Econômica Federal e R\$ 2,2 bilhões com o Banco do Brasil S.A., deslocando os vencimentos de 2016 e 2017 para 2018 a 2022. Em 2016, a Companhia prorrogou parcelas de determinados contratos de NCE no montante de R\$100 milhões e US\$66 milhões de Pré-pagamento junto ao Bradesco, deslocando o vencimento de 2016 para 2019. Em 2017, a Administração permaneceu engajada com o plano de alongamento do prazo do seu endividamento, principalmente de curto prazo, buscando a repactuação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$1,5 bilhão.

Em fevereiro de 2018 foi concluída a rolagem de R\$ 4,98 bilhões da dívida com o Banco do Brasil, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até 2024. Em fevereiro de 2018 a Companhia, emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), no valor de USD 350 milhões por meio de sua controlada CSN Resources S.A., com vencimento em 2023 e foi promovida oferta de recompra ("Tender Offer") dos *Notes* emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A., tendo sido recomprados USD 350 milhões em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020.

Adicionalmente, a Administração estuda alternativas de desalavancagem financeira a partir da alienação de ativos não-estratégicos. Entretanto, não é possível afirmar que estas vendas ocorrerão dentro de um período de 12 meses. Assim, a Companhia não segregou e não reclassificou quaisquer ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração que abrangeram o período operacional até dezembro de 2018, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a Administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, perda para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor

líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2018.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas, coligadas e fundos exclusivos, conforme demonstrado a seguir:

- **Empresas**

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2017	31/12/2016	
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Minerals S.L.U. ⁽¹⁾	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U. ⁽¹⁾	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U. ⁽¹⁾	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U. ⁽¹⁾	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A. (*)	100,00	100,00	Participações societárias
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Minérios Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Florestal do Brasil	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda. (*)	99,99	99,99	Gestão de recursos e a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários
CSN Mineração S.A.	87,52	87,52	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A. ⁽²⁾	99,99	100,00	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	90,78	90,78	Logística ferroviária
Nordeste Logística S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
CGPAR - Construção Pesada S.A. ⁽³⁾		100,00	Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Ltda. ⁽⁴⁾		100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Ltda. ⁽⁴⁾		100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	99,94	99,94	Participações societárias e comercialização de produtos
Lusosider Aços Planos, S. A.	99,99	99,99	Siderurgia e participações societárias
CSN Resources S.A.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas ⁽²⁾	99,99	100,00	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Productos Siderúrgicos S.L.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stahlwerk Thüringen GmbH	100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (*)	100,00	100,00	Comercialização de aços longos
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Asia Limited	100,00	100,00	Representação Comercial
CSN Mining Holding, S.L. ⁽⁵⁾	87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining GmbH	87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining Asia Limited	87,52	87,52	Representação comercial
Aceros México CSN	100,00	100,00	Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas
Lusosider Ibérica S.A. ⁽⁶⁾	99,94		Siderurgia, atividades comerciais e industriais, e participações societárias.
CSN Mining Portugal, Unipessoal Lda. ⁽⁶⁾	87,52		Comercialização e representação de produtos.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation: consolidação proporcional			
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial			
MRS Logística S.A.	18,64	18,64	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	31,82	31,82	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
Transnordestina Logística S.A.	46,30	49,02	Logística ferroviária
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial			
MRS Logística S.A.	16,30	16,30	Transporte ferroviário
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial			
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias

(*) Companhias dormentes, portanto não apresentadas na nota 8.a, onde são divulgadas informações de empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e classificadas como disponíveis para venda.

• **Eventos ocorridos em 2017:**

- Em 06 de fevereiro de 2018 o órgão registral mercantil espanhol reconheceu a fusão por absorção das empresas pela CSN Steel, S.L.U., data a partir da qual as empresas foram consideradas legalmente extintas. No mais, perante terceiros e para efeitos de direito mercantil, a fusão retroage à data de 28 de dezembro de 2017;
- Transferência de 1 ação em agosto de 2017;
- Companhia vendida para a controlada CSN Mineração e, posteriormente, incorporada pela mesma em agosto de 2017;
- Empresas liquidadas em julho de 2017;
- Nova razão social da Namisa International Minérios SLU alterada em setembro de 2017;
- Empresas constituídas em 2017.

- Fundos Exclusivos**

	Participação no capital social (%)		
Fundos Exclusivos	31/12/2017	31/12/2016	Atividades principais
Participação direta: consolidação integral			
Diplic II - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

- Transações entre controladas, coligadas, *joint-ventures* e *joint-operations***

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em Conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto (*joint operation*) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

A Companhia reclassifica o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma é reclassificado parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos, receita de vendas e imposto de renda e contribuição social.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente

por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

• **Transações e participações de não controladores**

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico na qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2017, US\$1 equivale a R\$3,3080 (R\$3,2591 em 31 de dezembro de 2016) e €1 equivale a R\$3,9693 (R\$3,4384 em 31 de dezembro de 2016), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo pelo resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;
- Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e estão classificados como aplicações financeiras, conforme nota 4.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 9. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

• Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

• Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

2.l) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. O valor presente dos benefícios econômicos é calculado levando-se em consideração as exigências de custeio aplicáveis aos planos da Companhia. Um benefício econômico está disponível para a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Quando os benefícios se tornam direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocados ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Os honorários de êxito são provisionados à medida em que torna provável a ocorrência de desembolsos. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais que englobam serviços de transporte ferroviário e portuário geridos por empresas controladas e joint-ventures. As concessões incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas se referem à malha ferroviária em operação no Nordeste, gerida pela controlada FTL, o terminal de containers em Itaguaí, gerido pela controlada Sepetiba Tecon e o terminal de exportação de minério e importação de carvão – TECAR, gerido pela controlada CSN Mineração.

Os contratos de concessão da Companhia não estão dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, pois o poder concedente não tem o controle efetivo sobre os preços praticados e para quais clientes os serviços são prestados. Na essência, esses contratos de concessão possuem característica de arrendamento operacional. Assim, a contabilização segue as disposições contábeis aplicáveis aos contratos de arrendamento, conforme CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil. Os nossos contratos de concessão preveem o uso de um ativo específico para um período acordado de tempo, mas sem qualquer transferência de propriedade dos bens para a Companhia após o término desses contratos, bem como opção de compra destes ativos a qualquer momento.

Os pagamentos efetuados para os arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Existem ativos relacionados às concessões que estão sujeitos a reversão ao poder concedente no fim do acordo de concessão.

O valor contábil residual desses ativos em 31 de dezembro de 2017 está listado abaixo juntamente com a indicação de sua classificação nas demonstrações financeiras:

Concessão	Valor contábil residual (R\$)	Classificação no balanço
Sepetiba Tecon S.A. (TECON)	313 milhões	Ativo imobilizado e Intangível (<i>Software</i>)
Tecar	1.528 milhões	Ativo imobilizado e Intangível (<i>Software</i>)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL)	230 milhões	Ativo imobilizado
Transnordestina Logística S.A. (TLSA)	7.934 milhões ⁽¹⁾	Investimento
MRS Logística S.A. (MRS)	3.428 milhões ⁽²⁾	Investimento

(1) O valor do ativo imobilizado e intangível foi reconhecido nas demonstrações financeiras da TLISA. A Companhia reconhece sua participação nos ativos através do método de equivalência patrimonial. O saldo do investimento da TLISA em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.473.298.

(2) O valor do ativo imobilizado e intangível foi reconhecido nas demonstrações financeiras da MRS. A Companhia reconhece sua participação nos ativos através do método de equivalência patrimonial. O saldo do investimento consolidado da MRS em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.325.032.

2.p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou vendidas. Quando essas ações são subsequentemente vendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos não avaliados por equivalência patrimonial, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais classificadas

como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

2.t) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos financeiros em quatro categorias: i) valor justo por meio do resultado, ii) empréstimos e recebíveis, iii) investimentos mantidos até o vencimento e iv) investimentos mantidos até o vencimento. Os ativos são reconhecidos pelo valor justo, acrescidos (com exceção aos ativos reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado) dos custos de transação que seja diretamente atribuível à aquisição ou emissão do ativo financeiro.

Na mensuração subsequente os ativos financeiros classificados como: disponíveis para venda e ao valor justo através do resultado serão contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos classificados na categoria empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda têm o seu reconhecimento dividido da seguinte forma: (i) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo sobre o investimento no capital da investida são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e; (ii) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo da opção são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio classificados na categoria disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- **Desreconhecimento**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma das outras categorias estabelecidas pelo CPC 38. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

ii) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia, a cada data do balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros apresenta indícios de perdas ao valor recuperável. Essa avaliação deve considerar evidências objetivas da ocorrência de eventos que possam impactar os fluxos de caixa estimados de um ativo financeiros individual ou grupo de ativos financeiros.

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

- **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 12 - Instrumentos Financeiros.

iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado

- **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

Baixa de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro na demonstração do resultado.

- **Hedge de fluxo de caixa**

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica “*Hedge Accounting*”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados no resultado operacional nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado.

Quando um instrumento de hedge prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de hedge não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido e, a partir desse momento, as variações cambiais são registradas no resultado financeiro. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda é reclassificado para o resultado operacional. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica “Outras Operacionais”.

As movimentações dos valores de hedge denominados como *hedge* de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 12 – Instrumentos Financeiros.

- **Hedge de investimento líquido**

A Companhia designa para o *hedge* de investimento líquido uma parte de seus passivos financeiros como instrumento de *hedge* de seus investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda do Grupo de acordo com o CPC38/IAS39. Essa relação ocorre, pois passivos financeiros estão relacionados aos investimentos nos montantes necessários para a relação efetiva.

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os objetos protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica *Hedge Accounting*. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos em outras operacionais, quando aplicável. Se em algum momento da relação de *hedge* o saldo da dívida for superior ao saldo do investimento, a variação cambial sobre o excesso de dívida será reclassificada para a demonstração do resultado como outras receitas/despesas operacionais (inefetividade do *hedge*).

Os valores acumulados no patrimônio serão realizados na demonstração do resultado pela alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *Hedge* de investimento líquido estão demonstradas na nota 12 - Instrumentos Financeiros.

2.x) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

2.y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado

durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

2.2) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo.

Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment.

2.a.a) Demonstração do valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

2.a.b) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas e interpretações foram emitidas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018 e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
IFRS 9 -Instrumentos Financeiros	<p>A norma mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.</p> <p>Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39.</p> <p>Este pronunciamento também traz um novo modelo de redução ao valor recuperável ("impairment") e novas regras para contabilização de hedge (hedge accounting).</p>	1º de janeiro de 2018

IFRS15 – Receita de Contratos com Clientes	A norma estabelece um modelo de cinco etapas, que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18- Receitas e correspondentes interpretações.	1º de janeiro de 2018
IFRS16 – Arrendamento mercantil	Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 / CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.	1º de janeiro de 2019
IFRIC 22 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento	Essa interpretação trata de transação em moeda estrangeira (ou parte dela) quando a entidade reconhece o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou recebimento antecipado antes que a entidade reconheça o ativo, a despesa ou a receita relacionada (ou parte dele).	1º de janeiro de 2018
IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários	Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Essa interpretação complementa o CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro, esclarecendo como refletir os efeitos da incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.	1º de janeiro de 2019

São apresentadas a seguir, as informações sobre os possíveis impactos na adoção dos IFRS 9/CPC 48 e IFRS 15/CPC 47 que estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras. Desta forma, estas avaliações preliminares e seus potenciais impactos estão sujeitas à alterações até que a adoção inicial seja divulgada nas demonstrações financeiras de 2018.

- IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos ativos financeiros: A Administração avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros oferecidas pelo novo pronunciamento com base em seu diagnóstico, modelo de negócio, expectativas de fluxo de caixa da Companhia e observando o modelo de gerenciamento dos ativos financeiros. Desta forma, concluiu que seu investimento em ações da Usiminas seria apropriadamente classificado na categoria de “valor justo por meio do resultado” e que os empréstimos e recebíveis seriam classificados na categoria de mensurados ao “custo amortizado”.

Na classificação da categoria de “valor justo por meio do resultado” os ganhos ou perdas decorrentes da variação da cotação das ações passam a ser registrados diretamente no resultado no momento da adoção e ao longo de todos os períodos futuros. Por sua vez, por se tratar de uma adoção inicial, a Companhia avaliou os possíveis impactos referentes ao investimento em ações da Usiminas e o valor previamente apurado para reconhecimento no resultado representaria uma receita no grupo de “Outras receitas e despesas operacionais” em aproximadamente R\$1,5 bilhão (bruto), decorrentes do registro do saldo acumulado atualmente registrado em outros resultados abrangentes para o resultado.

- IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

A Administração da Companhia avaliou todas as etapas da nova norma para o reconhecimento da receita de contratos com clientes. Com base nesta análise, a Companhia não identificou impactos materiais de mensuração na aplicação desta norma.

Os impactos observados estão relacionados a revisão de procedimentos internos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os princípios da nova norma.

- IFRS 16 Arrendamento mercantil

Em relação ao arrendamento mercantil, a Companhia avaliará os efeitos da aplicação da nova norma durante o ano de 2018, nos seus principais contratos.

A Companhia não espera impactos materiais decorrentes da aplicação da nova norma.

- IFRIC 22 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento

Em relação ao IFRIC 22, a Companhia avaliará os efeitos da aplicação da nova interpretação durante o ano de 2018, nas suas operações em moeda estrangeira.

A Companhia não espera impactos materiais decorrentes da aplicação da interpretação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	193.702	502.480	38.311	30.308
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	12.100	17.929	150	17.178
Títulos privados	644.525	1.390.707	79.116	1.216.461
	656.625	1.408.636	79.266	1.233.639
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	2.561.245	2.960.046	275.927	202.799
Total das Aplicações Financeiras	3.217.870	4.368.682	355.193	1.436.438
Caixa e equivalentes de caixa	3.411.572	4.871.162	393.504	1.466.746

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas na Companhia. Os fundos incluem operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos, com rendimento pré-fixado, e com liquidez imediata.

Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. Os fundos são administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os investimentos nos fundos foram consolidados.

Uma parcela significativa dos recursos financeiros é aplicada no exterior em *Time Deposits*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha e é remunerada a taxas pré-fixadas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CDB ⁽¹⁾	716.218	658.476	716.218	658.476
Títulos públicos ⁽²⁾	19.494	101.915	243	99.957
	735.712	760.391	716.461	758.433

1. Aplicação financeira vinculada em Certificado de Depósito Bancário mantidas como garantia de carta fiança de determinados empréstimos.
2. Aplicação financeira em títulos Públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por seus fundos exclusivos. Em 2016 além das aplicações em LFT, a Companhia detinha aplicação financeira em títulos Públicos administrados por seus fundos exclusivos que foram vinculados como garantia dos contratos de Futuros de Taxa de juros CDI no período e detalhados na nota 12(b). Estas aplicações foram liquidadas em outubro de 2017.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cientes				
Terceiros				
Mercado interno	1.290.823	1.027.639	1.056.929	733.608
Mercado externo	982.846	919.936	150.264	67.652
	2.273.669	1.947.575	1.207.193	801.260
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(191.979)	(172.782)	(140.392)	(124.351)
	2.081.690	1.774.793	1.066.801	676.909
Partes Relacionadas (nota 18 b)	115.388	129.837	831.993	1.034.098
	2.197.078	1.904.630	1.898.794	1.711.007
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber (nota 18 b) (*)	41.528	37.679	1.044.242	873.473
Débitos de empregados	33.942	34.607	22.123	21.953
Outros créditos	3.667	20.300	1.547	18.420
	79.137	92.586	1.067.912	913.846
	2.276.215	1.997.216	2.966.706	2.624.853

(*) Refere-se principalmente a dividendos da CSN Mineração no valor de R\$837.084 recebidos em fevereiro de 2018.

De acordo com a política comercial interna, a Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida as contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Essa operação totaliza um montante de R\$181.972 em 31 de dezembro de 2017 (R\$263.644 em 31 de dezembro de 2016).

A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes terceiros é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	1.391.839	1.381.255	530.774	404.259
Vencidos até 180 dias	310.106	245.012	164.371	139.036
Vencidos acima de 180 dias	571.724	321.308	512.048	257.965
	2.273.669	1.947.575	1.207.193	801.260

As movimentações nas perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(172.782)	(151.733)	(124.351)	(112.502)
Perdas estimadas	(36.697)	(25.474)	(29.270)	(16.347)
Recuperação de créditos	17.500	4.425	13.229	4.498
Saldo final	(191.979)	(172.782)	(140.392)	(124.351)

6. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	1.308.802	1.183.619	856.707	784.130
Produtos em elaboração	1.135.589	674.860	981.204	557.598
Matérias-primas	1.050.588	1.124.158	699.671	767.020
Almoxarifado	814.725	824.478	435.827	412.206
Minério de ferro	278.041	255.029	20.914	18.899
Adiantamento a fornecedores	12.514	3.168	8.997	1.689
(-) Perdas estimadas	(135.840)	(101.176)	(51.968)	(37.312)
	4.464.419	3.964.136	2.951.352	2.504.230

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(101.176)	(111.427)	(37.312)	(40.462)
Reversão de perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	(34.664)	10.251	(14.656)	3.150
Saldo final	(135.840)	(101.176)	(51.968)	(37.312)

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais (nota 16)			339.351	331.258			259.763	273.038
Créditos junto a PGFN ⁽¹⁾			46.774	46.774			46.774	46.774
Tributos a recuperar ⁽²⁾	866.986	780.715	401.071	386.872	530.748	471.955	234.858	178.773
Despesas Antecipadas	50.078	27.011	30.741	20.421	16.860	2.785	11.345	
Ativo Atuarial - Parte Relacionada (nota 18 b)			111.281	119.854			95.898	109.106
Instrumentos financeiros derivativos (nota 12 I)		2.298						
Títulos para negociação (nota 12 I)	2.952	2.966			2.764	2.818		
Estoque minério de ferro ⁽³⁾			144.499	144.499				
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR			26.598	26.598			26.598	26.598
Outros títulos a receber (nota 12 I)			20.024	15.291			5.364	2.847
Empréstimos com partes relacionadas (nota 18 b e 12 I)	2.441		554.694	479.960	26.701	25.602	444.091	375.716
Outros créditos com partes relacionadas (nota 18 b)	3.577	5.768	30.770	32.020	37.007	132.384	320.377	311.414
Correção Monetária de empréstimo compulsório da Eletrobrás (nota 23)			755.151				755.151	
Outros	67.544	33.255	67.521	72.273			67.007	71.696
	993.578	852.013	2.528.475	1.675.820	614.080	635.544	2.267.226	1.395.962

1. Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009. Após a quitação do parcelamento, o saldo de um dos processos judiciais foi resgatado pela Companhia mediante autorização judicial.
2. Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS a recuperar e imposto de renda e contribuição social a compensar.
3. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed com expectativa de realização prevista para o 1º semestre de 2020.

8. INVESTIMENTOS

- **Plano de desalavancagem**

Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos, entretanto, não é possível confirmar que a venda, dentro de um período de 12 meses, seja altamente provável para nenhum dos ativos contemplados no plano. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Nesse contexto, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

- **Eventos ocorridos em 2017**

Alienação da Controlada - CGPAR Construção Pesada – “CGPAR”

Em julho de 2017 a Companhia concluiu a venda da sua controlada CGPAR Construção Pesada S.A. para a CSN Mineração S.A., empresa também sob controle da Companhia. O valor da transação foi de R\$99.452.

8.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

31/12/2017												31/12/2016	
Empresas	Quantidade de ações		%	Participação no				%	Participação no				Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
	detidas pela CSN (em		Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	Participação direta	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido		
	unidades)												
	Ordinárias	Preferenciais										direta	
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial													
Controladas													
CSN Islands VII Corp.	20.001.000		100,00	5.242.890	5.421.043	(178.153)	(385.919)	100,00	6.436.140	6.228.374	207.766	167.767	
CSN Islands IX Corp.	(1)											(388)	
CSN Islands XI Corp.	50.000		100,00	2.514.894	2.557.398	(42.504)	(63.201)	100,00	2.530.563	2.509.866	20.697	(12.95)	
CSN Islands XII Corp.	1540		100,00	2.166.682	3.312.505	(1145.823)	(126.524)	100,00	2.244.240	3.263.539	(1019.299)	75.787	
CSN Minerals S.L.U.	(2)						331.897	100,00	3.833.669	9.840	3.823.829	(927.265)	
CSN Export Europe, S.L.U.	(2)						22.600	100,00	666.362	30.077	636.285	(185.057)	
CSN Metals S.L.U.	(2)						23.188	100,00	636.408	20.668	615.740	(175.236)	
CSN Americas S.L.U.	(2)						193.652	100,00	1.492.678	4.445	1.488.233	(220.412)	
CSN Steel S.L.U.	(2)	22.042.688	100,00	6.905.164	322.963	6.582.201	108.427	100,00	2.537.179	1.585.977	951.202	323.043	
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052		99,99	459.647	160.402	299.245	29.768	99,99	441.214	165.172	276.042	22.794	
Minérios Nacional S.A.	66.393.587		99,99	105.586	65.290	40.296	(13.600)	99,99	74.738	28.038	46.700	(12.548)	
Valor Justo - Minérios Nacional						2.23.507					2.23.507		
Estanho de Rondônia S.A.	121.861.697		99,99	46.005	41.032	4.973	(6.291)	99,99	32.816	21.552	11.264	(13.061)	
Companhia Metalúrgica Prada	313.651.399		99,99	655.748	485.915	169.833	(29.258)	99,99	769.337	620.509	148.828	(45.783)	
CSN Mineração S.A.	158.419.480		87,52	14.273.290	5.620.137	8.653.153	767.568	87,52	13.039.767	4.943.090	8.096.677	580.146	
CSN Energia S.A.	43.149		99,99	146.130	55.030	91.100	56.987	100,00	109.290	39.654	69.636	26.240	
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	395.302.149		90,78	419.388	138.888	280.500	(77.384)	90,78	484.218	126.334	357.884	(113.76)	
Companhia Florestal do Brasil	416.733.302		99,99	34.910	3.734	31.176	(1.499)	99,99	35.206	5.179,0	30.027	(2.215)	
Nordeste Logística	99.999		99,99	80	55	25	(1)	99,99	81	55	26	(74)	
CGPAR - Construção Pesada S.A. (3)							723	100,00	40.889	27.558	13.331	5.887	
Valor Justo Imobilizado - CGPAR						(3.940)					53.949	(3.940)	
				32.970.414	18.184.392	16.909.529	827.193		35.404.795	19.629.927	17.952.324	(396.986)	
Joint-venture e Joint-operation													
Itá Energética S.A.	253.606.846		48,75	265.476	18.104	247.372	10.789	48,75	282.383	27.728	254.655	8.591	
MRS Logística S.A.	26.611.282	2.673.312	18,64	1.520.264	857.581	662.683	85.974	18,64	1.411.526	795.903	615.623	77.828	
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1.876.146		50,00	16.005	13.654	2.351	1.785	50,00	13.574	11.517	2.057	2.953	
Transnordestina Logística S.A.	24.168.304		46,28	3.806.380	2.604.198	1.202.182	(21.357)	49,02	3.786.556	2.566.315	1.220.241	(52.127)	
Fair Value alocado à TLSA na perda de controle						27.116					27.116		
				5.608.125	3.493.537	2.385.704	77.191		5.494.039	3.401.463	2.363.692	37.245	
Coligada													
Arvedi Metalfer do Brasil	46.994.971		20,00	43.653	23.978	19.675	(4.368)	20,00	53.101	48.258	4.843	1.372	
				43.653	23.978	19.675	(4.368)		53.101	48.258	4.843	1.372	
Classificados como disponível para venda (nota 12.1)													
Usiminas						2.200.459					1.353.664		
Panatlântica						21.974					20.604		
						2.222.433					1.374.268		
Outros Investimentos													
Lucros nos estoques de controladas						(72.473)	1.985				(74.459)	7.583	
Outros						63.537	(165)				63.541	(19.557)	
						(8.936)	1.820				(10.918)	(11.974)	
Total dos investimentos						21.528.405	901.836				21.684.209	(370.343)	
Classificação dos investimentos no balanço patrimonial													
Investimentos no ativo						22.894.885					22.703.508		
Investimentos com passivo a descoberto						(1.366.480)					(1012.299)		
						21.528.405					21.684.209		

- (1) Empresa liquidada em 2016;
 (2) Fusão das empresas pela controlada CSN Steel S.L.U. em dezembro 2017, conforme nota 2;
 (3) Empresa vendida em julho de 2017, para a controlada CSN Mineração.

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/ (prejuízo) do exercício referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

8.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial dos investimentos	4.568.451	3.998.239	22.703.508	25.517.369
Saldo inicial de provisão para perdas			(1.019.299)	(1.095.086)
Aumento de capital / aquisições ações	20.579	190.651	80.686	242.854
Dividendos ⁽¹⁾	(79.189)	(36.765)	(2.059.972)	(2.469.827)
Resultados abrangentes ⁽²⁾	850.640	713.442	1.021.099	314.230
Resultado equivalência patrimonial ⁽⁴⁾	147.800	108.031	901.836	(370.343)
Reclassificação do investimento da Metallic em 30 de setembro de 2016 para mantido para venda				(123.290)
Reclassificação do resultado da Metallic para operações descontinuadas				(6.786)
Aquisição de 50% de participação na CGPAR				8.608
Valor justo imobilizado - aquisição controle - CGPAR				57.889
Baixa pela venda - investimento CGPAR			(14.055)	
Mais Valia de ativos - CGPAR			(50.009)	
Transação Capital - Combinação CGPAR			(35.389)	
Amortização valor justo - Invest. MRS	(11.746)	(11.746)		
Amortização valor justo - Invest. CGPAR		(3.940)		
Impairment de Fair Value Transnordestina ⁽³⁾		(387.989)		(387.989)
Outros	3.460	(1.472)		(3.420)
Saldo dos investimentos	5.499.995	4.568.451	22.894.885	22.703.508
Saldo de provisão p/ investimentos com passivo a descoberto			(1.366.480)	(1.019.299)
Total	5.499.995	4.568.451	21.528.405	21.684.209

1. Em 2017 refere-se à destinação de dividendos das controladas Sepetiba Tecon, MRS Logística, CSN Energia, Itá Energética, CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, CSN Minerals, CSN Steel, CSN Metals, CSN Mineração e CSN Americas.
2. Refere-se à marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda, conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real, ganho/perda atuarial reflexo e ganho/perda de *hedge* de investimentos reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial.
3. Refere-se impairment do valor justo da Transnordestina Logística S.A., vide nota 10.d).
4. A conciliação do resultado de equivalência das empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado equivalência de coligada e joint-venture		
MRS Logística S.A.	171.905	155.617
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1.785	2.953
Transnordestina	(21.357)	(52.127)
Arvedi Metalferr do Brasil	(4.368)	1.372
Outros	(165)	216
	147.800	108.031
Eliminações		
Para Custo Produtos Vendidos	(40.823)	(41.556)
Para Impostos	13.880	14.129
Outros		
Amortização Valor Justo - Invest. MRS	(11.746)	(11.746)
Amortização Valor Justo - Invest. CGPAR		(3.940)
Resultado de equivalência ajustado	109.111	64.918

8.c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

- SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviço de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para celebrar contrato de arrendamento para a exploração do terminal portuário pelo prazo de 25 anos, prorrogáveis por igual período. Com a publicação do Decreto Presidencial n.º 9048 de 10 de maio de 2017 a exploração do terminal poderá ser sucessivamente prorrogada em distintos períodos com vigência máxima de 70 anos.

Na extinção do contrato de arrendamento, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("ERSA")

Sediada no Estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste/RO e outra em Ariquemes/RO. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada")

A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos.

Embalagens

No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

A Prada detém 100% de participação no capital social da Companhia Brasileira de Latas - "CBL".

Em 2015, a Prada incorporou a sua controlada Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- **CSN ENERGIA S.A.**

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- **FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL")**

Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da TLSA. Explora serviços públicos de transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, nos trechos entre as cidades de São Luís a Mucuriipe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I")

Em novembro de 2016, a CSN subscreveu ações da FTL mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$39.341, passando de 89,79% para 90,78% de participação no capital social do FTL. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram variação na participação dos sócios, a Companhia registrou uma perda no montante de R\$(25) registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

- **CSN MINERAÇÃO S.A. ("CSN Mineração")**

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30 de novembro de 2015, a CSN Mineração passou a centralizar as operações de mineração da CSN, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. A participação da CSN nessa controlada é de 87,52%.

- **MINÉRIOS NACIONAL S.A. ("Minérios Nacional")**

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Minérios Nacional tem por objetivo principal a produção e a venda de minério de ferro. A controlada concentra os ativos de direitos minerários relativos às minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, transferidos para essa controlada no processo de combinação de negócios ocorrido em 2015.

8.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (*joint ventures*) e em operações em conjunto (*joint operations*)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

Participação (%)	31/12/2017				31/12/2016			
	Joint-Venture		Joint-Operation		Joint-Venture		Joint-Operation	
	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética
	34,94%	50,00%	46,30%	48,75%	34,94%	50,00%	49,02%	48,75%
Balanço Patrimonial								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	484.978	101	5.763	16.231	345.164	2.925	1.899	17.689
Adiantamentos a fornecedores	14.911	37		22	7.452	951		99
Outros ativos circulantes	685.311	28.475	49.494	16.447	406.170	19.603	54.652	16.054
Total ativo circulante	1.185.200	28.613	55.257	32.700	758.786	23.479	56.551	33.842
Ativo não circulante								
Outros ativos não circulantes	693.434	974	238.004	27.459	598.577	234	261.292	29.219
Investimentos, Imobilizado e Intangível	6.277.550	2.423	7.927.881	484.406	6.215.442	3.434	7.407.189	516.186
Total ativo não circulante	6.970.984	3.397	8.165.885	511.865	6.814.019	3.668	7.668.481	545.405
Total do Ativo	8.156.184	32.010	8.221.142	544.565	7.572.805	27.147	7.725.032	579.247
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	668.947	1.411	52.691		653.491		76.441	
Outros passivos circulantes	1.272.365	25.898	113.739	33.666	740.319	23.034	134.747	53.858
Total passivo circulante	1.941.312	27.309	166.430	33.666	1.393.810	23.034	211.188	53.858
Passivo não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	2.084.422		5.457.768		2.176.357		5.024.404	
Outros passivos não circulantes	575.170		434	3.471	699.830			3.020
Total passivo não circulante	2.659.592		5.458.202	3.471	2.876.187		5.024.404	3.020
Patrimônio líquido	3.555.280	4.701	2.596.510	507.428	3.302.808	4.113	2.489.440	522.369
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	8.156.184	32.010	8.221.142	544.565	7.572.805	27.147	7.725.032	579.247
Participação (%)	01/01/2017 a 31/12/2017				01/01/2016 a 31/12/2016			
	Joint-Venture		Joint-Operation		Joint-Venture		Joint-Operation	
	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética
	34,94%	50,00%	46,30%	48,75%	34,94%	50,00%	49,02%	48,75%
Demonstrações de Resultados								
Receita Líquida	3.492.805	135.399		168.194	3.279.420	122.870		172.263
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(2.307.108)	(120.647)		(76.810)	(2.208.786)	(105.692)		(91.568)
Lucro Bruto	1.185.697	14.752		91.384	1.070.634	17.178		80.695
(Despesas) e Receitas Operacionais	(283.151)	(8.340)	(32.245)	(58.465)	(160.187)	(8.367)	(97.596)	(54.616)
Resultado Financeiro Líquido	(187.295)	(1.004)	(13.938)	317	(249.300)	(1.676)	(6.032)	397
Lucro antes do IR/CSL	715.251	5.408	(46.183)	33.236	661.147	7.135	(103.628)	26.476
IR / CSL correntes e diferidos	(254.001)	(1.838)		(11.105)	(243.602)	(1.229)		(8.854)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	461.250	3.570	(46.183)	22.131	417.545	5.906	(103.628)	17.622

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tem por objetivo explorar em regime de concessão compartilhada, a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

- MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,64% no capital social da MRS e indiretamente, por meio de sua controlada CSN Mineração, participação de 18,63% no capital social da MRS, totalizando uma participação de 34,94%.

- **CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA**

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande, na cidade de Conquista – MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 24.759 (R\$25.921 em 31 de dezembro de 2016) e o valor da despesa em 2017 é R\$ 5.966 (R\$6.041 em 2016).

- **CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (“CBSI”)**

O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKTR Brasil Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

- **TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. (“TLSA”)**

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (“Malha II”).

Encontra-se em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis; contudo, sua Administração entende que novos prazos para a conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento. Após avaliação deste assunto, sua Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração de suas demonstrações financeiras.

No decorrer do ano de 2017, os demais acionistas da TLISA subscreveram 2.912.997 ações no montante de R\$153.253, diluindo a participação da CSN no capital social da TLISA para 46,30%. Em decorrência das operações descritas acima e da variação na participação dos sócios no capital social da TLISA em 2017, a Companhia registrou um ganho no montante de R\$2.814 registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, os quais espera que estejam disponíveis, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Após avaliação deste assunto, a Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Neste sentido, a TLISA realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos próprios de longa duração utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado. Para a realização do teste, a TLISA adotou as seguintes principais premissas:

Mensuração do Valor Recuperável:

Projeção do fluxo de caixa	Até 2057
Margem bruta	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Estimativa de custos	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Não foi considerada taxa de crescimento em decorrência do modelo projetar até o final da concessão.
Taxa de desconto	Varia de 5,1% a 6,25% em termos reais

Adicionalmente, a CSN, como investidora, realizou o seu teste de recuperabilidade da sua participação na TLSA através da capacidade de distribuição de dividendos pela TLSA, metodologia conhecida como Dividend Discount Model, ou DDM, para remunerar o capital investido por seus acionistas. Para a realização desse teste, alguns fatores foram levados em consideração, tais como:

- O fluxo de dividendos foi extraído do fluxo de caixa nominal da TLSA;
- O fluxo de dividendos foi calculado considerando-se os percentuais de participação anuais, considerando-se as diluições da participação da CSN decorrentes da amortização de dívidas;
- Esse fluxo de dividendos foi então descontado a valor presente usando-se o custo do capital próprio (Ke) embutido na taxa WACC da TLSA; e
- Esse Ke extraído foi aquele calculado na “rolling WACC” da TLSA.

Outro fator importante que foi considerado na análise de *impairment* do investimento da CSN na TLSA foi a avaliação da necessidade de aplicar um percentual de risco adicional na taxa de desconto além daquele já utilizado na determinação do fluxo de caixa descontado da própria TLSA. Em virtude do compartilhamento dos riscos dos investidores, e pelo fato do ativo que está sendo testado representar a própria unidade geradora de caixa, que por sua vez iguala-se à entidade legal, o risco determinado pela administração da CSN é o mesmo aplicado pela TLSA quando da avaliação do investimento dos seus próprios ativos, não cabendo fator de risco adicional ao modelo.

Como resultado do teste efetuado, a Companhia, que reconheceu uma perda na mais-valia do investimento da TLSA no valor de R\$387.989 registrada em outras operacionais e R\$131.916 de impostos diferidos em 2016, não reconheceu valores adicionais de perdas na mais-valia desse investimento em 2017.

8.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- STAHLWERK THÜRINGEN GMBH (“SWT”)

A SWT foi constituída, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha. A SWT produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U., subsidiária da CSN.

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC (“CSN LLC”)

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., a CSN LLC, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização, sua capacidade instalada de produção é de 800 mil toneladas/ano. A CSN LLC é controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U. após fusão, anteriormente CSN Americas S.L.U., subsidiária da CSN.

- **LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. (“Lusosider”)**

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Lusosider dispõe de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e chapa oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

8.f) Outros investimentos

- **PANATLÂNTICA S. A. (“Panatlântica”)**

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado como disponível para venda e é avaliado a valor justo.

A Companhia detém atualmente 11,33% (11,35% em 31 de dezembro de 2016) do capital social total da Panatlântica.

- **USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”)**

A USIMINAS possui sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 09 de abril de 2014, o CADE proferiu decisão a respeito das ações da Usiminas detidas pela CSN, tendo a CSN firmado um Termo de Compromisso de Desempenho, ou TCD, com o CADE a respeito. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na USIMINAS, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD.

Em março de 2016, o Conselho de Administração da Usiminas aprovou aumento do capital social no valor R\$64.882, através de emissão de até 50.689.310 ações preferenciais. A CSN, em 22 de abril de 2016, exerceu integralmente o seu direito de preferência, integralizando R\$11.603 por 9.064.856 ações preferenciais. Tal aumento foi homologado pelo Conselho de Administração da Usiminas no dia 03 de junho de 2016.

Em 24 de março de 2016, a Companhia requereu ao CADE a flexibilização do TCD, de forma a possibilitar à Companhia o exercício de determinados direitos políticos, nomeadamente o de eleger membros independentes dos conselhos de administração e fiscal. Em 27 de abril de 2016, o CADE deferiu o requerimento da Companhia no sentido de permitir a referida eleição. Em 28 de abril, na assembleia geral ordinária da Usiminas, a Companhia efetivamente elegeu 2 membros independentes do conselho de administração e 1 do conselho fiscal, além de número igual de suplentes.

Em abril de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária da Usiminas aprovou aumento do capital social no valor R\$1.000.000, através de emissão de 200.000.000 ações ordinárias. A CSN, da mesma forma, exerceu em 19 de maio de 2016 o seu direito de preferência integralmente, integralizando R\$178.832 por 35.766.351 ações ordinárias. Tal aumento foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Usiminas em 19 de julho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,86% nas ações preferenciais.

A USIMINAS é listada na bolsa de valores de São Paulo ("B3 S.A.": USIM3 e USIM5).

- ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. ("Arvedi")

Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi.

9. IMOBILIZADO

Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	264.629	2.815.679	12.369.630	33.163	2.260.864	391.914
Custo	264.629	3.637.903	20.712.371	173.821	2.260.864	676.529
Depreciação acumulada		(822.224)	(8.342.741)	(140.658)		(284.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	264.629	2.815.679	12.369.630	33.163	2.260.864	391.914
Efeito de variação cambial	8.702	21.737	72.811	593	3.076	265
Aquisições	8.241	1.196	91.251	1.171	951.796	10.091
Juros capitalizados (notas 24 e 29)					91.957	
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 23)	653	30.634	(30.383)	(37)	(2.536)	(26.388)
Depreciação (nota 22)		(156.580)	(1.174.852)	(5.656)		(43.105)
Transferência para outras categorias de ativos	(2.485)	84.281	659.119	3.869	(805.207)	60.423
Transferências para intangível					(26.183)	
Outros			(1.656)		2.168	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	279.740	2.796.947	11.985.920	33.103	2.475.935	393.194
Custo	279.740	3.819.929	21.674.362	164.152	2.475.935	669.096
Depreciação acumulada		(1.022.982)	(9.688.442)	(131.049)		(275.902)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	279.740	2.796.947	11.985.920	33.103	2.475.935	393.194

Controladora						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	83.350	1.093.806	7.447.653	15.014	934.587	5.716
Custo	83.350	1.275.784	12.567.114	114.141	934.587	116.987
Depreciação acumulada		(181.978)	(5.119.461)	(99.127)		(111.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	83.350	1.093.806	7.447.653	15.014	934.587	5.716
Aquisições	8.241	717	42.605	502	497.063	2.763
Juros capitalizados (notas 24 e 29)					21.308	
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 23)	445	24.823	(22.831)	(33)	(2.281)	(2.167)
Depreciação (nota 22)		(32.956)	(587.254)	(2.738)		(5.537)
Transferências para outras categorias de ativos	2.449	4.913	492.329	1.085	(520.438)	19.662
Transferência para intangível					(26.179)	
Outros			3.003		2.791	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94.485	1.091.303	7.375.505	13.830	906.851	20.437
Custo	94.485	1.334.093	13.159.644	96.609	906.851	118.888
Depreciação acumulada		(242.790)	(5.784.139)	(82.779)		(98.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94.485	1.091.303	7.375.505	13.830	906.851	20.437

(*) Referem-se substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes e benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

A abertura dos projetos que compõem as obras em andamento é a seguinte:

	Descrição do projeto	Data de início	Data de previsão de conclusão	Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016
Logística					
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			106.956	103.284
				106.956	103.284
Mineração					
	Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2020 ⁽¹⁾	750.999	689.160
	Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2022 ⁽²⁾	275.811	253.545
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			408.522	261.056
				1.435.332	1.203.761
Siderurgia					
	Fornecimento de 16 carros torpedos para operação na Siderurgia.	2008	2019	99.483	91.779
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			228.029 ⁽³⁾	307.448
				327.512	399.227
Cimentos					
	Construção das fábricas de cimento.	2011	2020 ⁽⁴⁾	554.865	529.631
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			51.270	24.961
				606.135	554.592
Total Obras em andamento				2.475.935	2.260.864

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

(3) Refere-se substancialmente a reforma das baterias de fornos de coque e reuso das águas de resfriamento do carboquímico;

(4) Refere-se substancialmente aquisições de novas Plantas Integradas de Cimento.

As médias de vidas úteis estimadas para os exercícios são as seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Edificações	39	41	41	42
Máquinas, equipamentos e instalações	21	18	24	19
Móveis e utensílios	12	12	12	11
Outros	17	14	12	11

9.a) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$91.957 no consolidado e R\$21.308 na controladora em 31 de dezembro de 2017 (em 31 de dezembro de 2016, R\$215.794 no consolidado e R\$127.675 na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de Cimento e Mineração que referem substancialmente a: (i) nova planta integrada de cimento (MG) e (ii) expansão da Casa de Pedra (MG) e TECAR (RJ), vide notas 24 e 29.

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

Taxas	31/12/2017	31/12/2016
Projetos não específicos	8,63%	10,37%

10. INTANGÍVEL

	Consolidado						Controladora	
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças (*)	Outros	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.590.931	297.660	68.253	116.196	3.184.924	440	47.547	47.547
Custo	3.834.234	444.635	183.166	116.196	3.185.700	440	98.992	98.992
Amortização acumulada	(133.973)	(146.975)	(114.913)		(776)		(51.445)	(51.445)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)							(109.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.590.931	297.660	68.253	116.196	3.184.924	440	47.547	47.547
Efeito de variação cambial		41.916	183	17.941		65	60.105	
Aquisições e gastos			622					
Transferência do imobilizado			26.183				26.179	26.179
Alienações			(70)				(68)	(68)
Amortização (nota 22)		(38.701)	(21.986)		(12.455)		(14.348)	(14.348)
Aquisição do controle - CGPAR						(56)		(56)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.590.931	300.875	73.185	134.137	3.172.469	449	59.310	59.310
Custo	3.834.234	513.068	167.162	134.137	3.185.701	449	126.279	126.279
Amortização acumulada	(133.973)	(212.193)	(93.977)		(13.232)		(66.969)	(66.969)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)							(109.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.590.931	300.875	73.185	134.137	3.172.469	449	59.310	59.310

(*) Composto principalmente por direitos minerários cujo potencial é de 1.101 milhões de toneladas (não revisado pelos auditores independentes). A amortização se dará pelo volume de produção.

Os prazos de vida útil médios por natureza são os seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Software	8	8	9	8
Relações com clientes	13	13		

10.a) Teste para verificação de *impairment*

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às divisões operacionais (UGCs) da CSN as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos do Grupo. De acordo com o CPC 01(R1)/ IAS36, quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de *impairment*. As UGCs com ativos intangíveis nessa situação estão apresentadas a seguir:

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	Consolidado					
		Ágio		Marcas		Total	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Embalagens ⁽¹⁾	Siderurgia	158.748	158.748			158.748	158.748
Aços longos ⁽²⁾	Siderurgia	235.595	235.595	134.137	116.196	369.732	351.791
Mineração ⁽³⁾	Mineração	3.196.588	3.196.588			3.196.588	3.196.588
		3.590.931	3.590.931	134.137	116.196	3.725.068	3.707.127

(1) O ágio da Unidade Geradora de Caixa Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$109.330, reconhecido em 2011.

(2) O ágio e a marca registrada no ativo intangível no segmento de aços longos deriva da combinação de negócios da Stahlwerk Thuringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections pela CSN e é considerado ativo com vida útil indefinida, pois se espera que contribua indefinidamente para os fluxos de caixa da Companhia.

(3) Refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela CSN Mineração, concluído em Dezembro de 2015. A partir de 2016, o saldo passou a ser testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

O teste de *impairment* do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("Capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2017 são as que seguem:

	Embalagens	Aços Longos (*)	Mineração
Mensuração do valor recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado
Projeção do Fluxo de Caixa	Até 2028	Até 2028	Até 2056
Margem bruta	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos, incorporação dos impactos da reestruturação do negócio e tendências de mercado.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções para os próximos 39 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo.
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos de cada produto e incorporação dos impactos da reestruturação do negócio.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização dos custos baseados em dados históricos, mix de produtos e tendências de mercado.
Taxa de crescimento	Sem crescimento em termos reais, somente atualizada pela inflação de longo prazo de 4,0% a.a.	Sem crescimento em termos reais, somente atualizada pela inflação de longo prazo de 2,0% a.a. da zona do Euro.	Não foi considerada taxa de crescimento, somente atualizada pela inflação de longo prazo de 4,0% a.a.
Taxa de Desconto	Estes fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto após os impostos entre 7% e 13% a.a. em termos nominais. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico de cada segmento.		

(*) referem-se aos ativos da controlada SWT, localizados na Alemanha. A taxa de desconto foi aplicada sobre o fluxo de caixa descontado elaborado em Euros, moeda funcional desta subsidiária.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Taxas a.a. (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
MOEDA ESTRANGERA									
Pré-Pagamento	1% até 3,5%	2.174	110.944	489.584	482.347	2.174	110.944	489.584	482.347
Pré-Pagamento	3,51% até 8%	788.989	438.802	3.607.925	4.290.062	788.989	438.802	3.607.925	4.290.061
Pré-Pagamento - Intercompany	3,51% até 8%					72.019	72.128	4.856.104	4.876.840
Bonds Perpétuos	7%	4.503	4.436	3.308.000	3.259.100				
Bonds	4,14% até 10%	139.184	137.126	5.612.342	5.529.380				
Bonds Intercompany	4,14% até 10%					27.450	27.044	3.436.385	3.385.587
Intercompany	Libor 6M até 3%					1.113.411	149.654	1.620.921	2.719.420
ACC	3,14%	379.822				379.822			
Outros	1,2% até 8%	251.630	95.983	197.130	259.262				
		1.566.302	787.291	13.214.981	13.820.151	2.383.865	798.572	14.010.919	15.754.255
MOEDA NACIONAL									
BNDES/FINAME	1,3% + TJLP e Fixa 2,5% até 6% + 1,5%	71.121	73.736	960.872	1.012.268	43.235	43.467	918.466	945.633
Debêntures	110,8% até 113,7% CDI	523.252	538.003	770.767	1.270.383	523.252	538.003	770.767	1.270.383
Pré-Pagamento	109,5% até 116,5% CDI e fixa de 8%	1.789.737	570.778	3.378.333	5.080.000	1.048.204	519.806	2.093.333	3.080.000
CCB	112,5% e 113% CDI	2.601.352	181.143	4.693.000	7.200.000	2.601.352	181.143	4.693.000	7.200.000
		4.985.462	1.363.660	9.802.972	14.562.651	4.216.043	1.282.419	8.475.566	12.496.016
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 12 I)		6.551.764	2.150.951	23.017.953	28.382.802	6.599.908	2.080.991	22.486.485	28.250.271
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(24.862)	(33.503)	(34.011)	(59.232)	(21.737)	(29.109)	(31.639)	(53.378)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		6.526.902	2.117.448	22.983.942	28.323.570	6.578.171	2.051.882	22.454.846	28.196.893

11.a) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado					
	Pré - Pagamento	Bonds	Bonds Perpétuos	CCB	Outros	Total
2019	2.824.551	2.238.034 (*)		1.507.000	670.383	7.239.968
2020	2.409.959	3.374.308 (*)		1.508.000	280.243	7.572.510
2021	1.276.969			774.000	177.659	2.228.628
2022	964.363			784.000	95.484	1.843.847
2023				120.000	56.631	176.631
Após 2023					648.369	648.369
Bonds Perpétuos			3.308.000			3.308.000
	7.475.842	5.612.342	3.308.000	4.693.000	1.928.769	23.017.953
						100%

(*) Em fevereiro de 2018 a Companhia concluiu a rolagem da dívida com o Banco do Brasil, bem como a emissão de títulos de dívidas e recompra de US\$350 milhões (Tender Offer), conforme descrito em maiores detalhes na nota 32 - 'Eventos subsequentes'.

	Pré - Pagamento	Bonds	Intercompany	CCB	Outros	Total	Controladora
2019	3.469.619		1.620.921	1.507.000	551.707	7.149.247	32%
2020	3.020.790			1.508.000	171.534	4.700.324	21%
2021	1.887.800			774.000	171.534	2.833.334	13%
2022	1.244.393			784.000	91.534	2.119.927	9%
2023				120.000	54.867	174.867	1%
Após 2023	1.424.344	3.436.385			648.057	5.508.786	24%
	11.046.946	3.436.385	1.620.921	4.693.000	1.689.233	22.486.485	100%

11.b) Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	30.441.018	34.282.515	30.248.775	33.988.090
Captações	538.771	30.034	371.000	62.836
Captações <i>forfaiting</i> /risco sacado		78.240		78.240
Amortização principal	(1.528.023)	(695.938)	(1.652.283)	(298.015)
Amortização principal <i>forfaiting</i> /risco sacado		(407.155)		(407.155)
Pagamentos de encargos	(2.634.931)	(3.044.342)	(2.278.089)	(2.566.293)
Pagamentos encargos <i>forfaiting</i> /risco sacado		(5.694)		(5.694)
Provisão de encargos	2.438.555	3.156.120	2.136.425	2.661.090
Provisão de encargos <i>forfaiting</i> /risco sacado		4.237		4.237
Outros ⁽¹⁾	255.454	(2.956.999)	207.189	(3.268.561)
Saldo final	29.510.844	30.441.018	29.033.017	30.248.775

1. Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 2017 o Grupo contratou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

• Captações

			Consolidado	
Operação	Instituição	Data	Montante	Vencimento
CDC - ERSA	BANCO MERCEDEZ BENS	ago/17	4.265	out/21
Adto Contrato de Cambio (ACC)	BB	set/17	171.000	mai/18
Fixed Rate Notes	JP MORGAN	nov/17	163.506	nov/18
Adto Contrato de Cambio (ACC) (*)	BB	dez/17	200.000	fev/18
Total			538.771	

(*) Em 02 de fevereiro de 2018 a operação foi amortizada.

• Amortizações

Operação	Consolidado	
	Principal	Encargos
Bonds		578.482
Fixed Rate Notes	90.028	12.736
Debêntures	479.617	201.118
Cédula de Crédito Bancário		869.717
Nota de Crédito Exportação	400.000	668.325
Pré - Pagamento Exportação	490.803	226.894
BNDES/FINAME	67.575	75.539
Adto Contrato de Cambio (ACC)		2.120
Total	1.528.023	2.634.931

• Covenants

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos, sob pena de vencimento antecipado. Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui provisionado R\$30.843 no Consolidado e R\$13.413 na Controladora de comissão por assunção de riscos.

11.c Avais e Fianças

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Transnordestina Logística	R\$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.541.347	2.547.937	22.214	23.007	3.866	4.866	2.567.427	2.575.810
FTL - Ferrovia Transnordestina	R\$	15/11/2020	69.405	76.700					69.405	76.700
Sepetiba Tecon	R\$	Indeterminado					36.308	28.914	36.308	28.914
Cia Metalúrgica Prada	R\$	Indeterminado			333	333	18.540	19.340	18.873	19.673
CSN Energia	R\$	Indeterminado			2.829	2.829			2.829	2.829
CSN Mineração	R\$	22/09/2022	2.000.000	2.000.000				2.520	2.000.000	2.002.520
Estanho de Rondônia	R\$	15/07/2022	3.153						3.153	
Total em R\$			4.613.905	4.624.637	25.376	26.169	58.714	55.640	4.697.995	4.706.446
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.200.000					1.200.000	1.200.000
Total em US\$			2.950.000	2.950.000					2.950.000	2.950.000
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000	120.000					120.000	120.000
Lusosider Aços Planos	EUR	Indeterminado	25.000	25.000					25.000	25.000
Total em EUR			145.000	145.000					145.000	145.000
Total em R\$			10.334.149	10.112.913					10.334.149	10.112.913
			14.948.054	14.737.550	25.376	26.169	58.714	55.640	15.032.144	14.819.359

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap* cambial e *swap* de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

• Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado	Consolidado										
		31/12/2017					31/12/2016				
	Notas	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos - Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos - Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	3			3.411.572		3.411.572			4.871.162		4.871.162
Aplicações financeiras	4			735.712		735.712			760.391		760.391
Contas a Receber	5			2.197.078		2.197.078			1.904.630		1.904.630
Instrumentos financeiros derivativos								2.298			2.298
Títulos para negociação	7		2.952			2.952		2.966			2.966
Empréstimos - partes relacionadas	7			2.441		2.441					
Dividendos a receber	5				41.528	41.528				37.679	37.679
Total			2.952	6.346.803	41.528	6.391.283		5.264	7.536.183	37.679	7.579.126
Não Circulante											
Outros títulos a receber	7			20.024		20.024			15.291		15.291
Investimentos	8	2.222.433				2.222.433	1.374.268				1.374.268
Empréstimos - partes relacionadas	7			554.694		554.694			479.960		479.960
Total		2.222.433		574.718		2.797.151	1.374.268		495.251		1.869.519
Total Ativo		2.222.433	2.952	6.921.521	41.528	9.188.434	1.374.268	5.264	8.031.434	37.679	9.448.645
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	11				6.551.764	6.551.764				2.150.951	2.150.951
Instrumentos financeiros derivativos								121			121
Fornecedores					2.460.774	2.460.774				1.763.206	1.763.206
Dividendos e JCP	13				510.692	510.692				484.570	484.570
Total					9.523.230	9.523.230		121		4.398.727	4.398.848
Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos	11				23.017.953	23.017.953				28.382.802	28.382.802
Total					23.017.953	23.017.953				28.382.802	28.382.802
Total Passivo					32.541.183	32.541.183		121		32.781.529	32.781.650

Consolidado	Notas	31/12/2017					Controladora 31/12/2016				
		Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos - Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos - Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	3			393.504		393.504			1.466.746		1.466.746
Aplicações financeiras	4			716.461		716.461			758.433		758.433
Contas a Receber	5			1.898.794		1.898.794			1.711.007		1.711.007
Títulos para negociação	7		2.764			2.764		2.818			2.818
Empréstimos - partes relacionadas	7			26.701		26.701			25.602		25.602
Dividendos a receber	5				1.044.242	1.044.242				873.473	873.473
Total			2.764	3.035.460	1.044.242	4.082.466		2.818	3.961.788	873.473	4.838.079
Não Circulante											
Outros títulos a receber	7			5.364		5.364			2.847		2.847
Investimentos	8	2.222.433				2.222.433	1.374.268				1.374.268
Empréstimos - partes relacionadas	7			444.091		444.091			375.716		375.716
Total		2.222.433		449.455		2.671.888	1.374.268		378.563		1.752.831
Total Ativo		2.222.433	2.764	3.484.915	1.044.242	6.754.354	1.374.268	2.818	4.340.351	873.473	6.590.910
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	11				6.599.908	6.599.908				2.080.991	2.080.991
Instrumentos financeiros derivativos								121			121
Fornecedores					1.787.392	1.787.392				1.312.183	1.312.183
Dividendos e JCP	13				2.345	2.345				2.209	2.209
Total					8.389.645	8.389.645		121		3.395.383	3.395.504
Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos	11				22.486.485	22.486.485				28.250.271	28.250.271
Total					22.486.485	22.486.485				28.250.271	28.250.271
Total Passivo					30.876.130	30.876.130		121		31.645.654	31.645.775

• Mensuração do valor justo

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

Consolidado	31/12/2017			31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Saldos	Nível 1	Nível 2	Saldos
Ativo						
Circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos					2.298	2.298
Títulos para negociação	2.952		2.952	2.966		2.966
Não Circulante						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Investimentos	2.222.433		2.222.433	1.374.268		1.374.268
Total Ativo	2.225.385		2.225.385	1.377.234	2.298	1.379.532
Passivo						
Circulante						
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos					121	121
Total Passivo					121	121

Nível 1 – Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados.

Nível 2 – Considera inputs observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos.

Não há ativos ou passivos classificados no nível 3.

II – Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas (“Ações Usiminas”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (*fair value*), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (B3 S.A.). De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

A política contábil da Companhia requer uma análise trimestral baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que o instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses. Se a Companhia concluir que houve queda significativa no preço do instrumento, uma perda por *impairment* deve ser reconhecida. Em 2012, considerando a cotação das Ações Usiminas na B3 S.A., foi registrada a primeira perda por *impairment* dessas ações. De acordo com essa política, sempre que a cotação das ações atingirem um patamar inferior ao do registro do último *impairment*, a Companhia deve registrar novas perdas no resultado, redefinindo o novo patamar mínimo de valor das ações.

Durante o exercício de 2017 e 2016, não houve *impairment* constituído, sendo que os ganhos decorrentes da variação da cotação das ações no período foram registrados em outros resultados abrangentes

Classe das Ações	Quantidade	31/12/2017		Quantidade	31/12/2016		Variação no exercício	
		Cotação	Saldo Contábil		Cotação	Saldo Contábil	Cotação	Variação Contábil
Ordinárias	107.156.651	10,83	1.160.506	107.156.651	8,26	885.114	2,57	275.392
Preferenciais	114.280.556	9,10	1.039.953	114.280.556	4,10	468.550	5,00	571.403
	221.437.207		2.200.459	221.437.207		1.353.664		846.795

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,86% nas ações preferenciais.

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda.

De acordo com as políticas contábeis da Companhia, as variações negativas no investimento quando consideradas significativas (*impairment*), são registradas no resultado e as demais variações não decorrentes de *impairment* em resultado abrangente até a realização do investimento.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo registrado em resultado abrangente para os investimentos disponíveis para venda, líquido de imposto, é de R\$1.559.680 (R\$711.831 em 31 de dezembro de 2016).

III - Gestão de riscos financeiros:

A Companhia segue estratégias de gerenciamento de riscos, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o

impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto.

12.a) Risco de taxa de câmbio e de taxa de juros:

• Risco de taxa de câmbio:

A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela CSN.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	777.310	2.857
Contas a receber	310.642	2.799
Outros Ativos	3.283	3.636
Total Ativo	1.091.235	9.292
Empréstimos e financiamentos	(4.332.686)	(73.186)
Fornecedores	(97.622)	(1.941)
Outros Passivos	(3.984)	(3.368)
Total Passivo	(4.434.292)	(78.495)
Exposição bruta	(3.343.057)	(69.203)
Hedge accounting de fluxo de caixa	1.317.667	
Hedge de investimento líquido no exterior		72.000
Exposição cambial líquida	(2.025.390)	2.797
Bonds Perpétuos	1.000.000	
Exposição cambial líquida excluindo Bonds perpétuos	(1.025.390)	2.797

A CSN está em processo de redefinição de sua estratégia de hedge cambial. A Companhia passou a focar sua estratégia de hedge na preservação de seu fluxo de caixa capturando as relações naturais existentes, bem como a utilização de instrumentos derivativos com o objetivo de proteção dos fluxos de caixa futuros da CSN.

• Risco de taxa de juros:

Risco decorre de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós fixadas e índices de inflação.

No item 12 b), demonstramos os derivativos e estratégias de *hedge* para a proteção dos riscos de câmbio e taxas de juros.

12.b) Instrumentos de proteção: Derivativos e *Hedge Accounting*:

A CSN utiliza diversos instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros, conforme demonstrado nos tópicos a seguir:

• Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Ncional	Ncional	31/12/2017			Ncional	31/12/2016			Consolidado
				Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)		Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	Efeito no resultado financeiro em 2017
				Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)	
BNPP		Dólar					10.250	33.435	(31.137)	2.298	(229)
Total swap cambial dólar x euro							10.250	33.435	(31.137)	2.298	(229)
BM&FBovespa		Real					1.641.378			(121)	28.503
Total DI futuro							1.641.378			(121)	28.503
								33.435	(31.137)	2.177	28.274

Contrato Futuro de DI

A Companhia para proteger parte ou o todo de sua exposição a ativos cujas taxas de juros são pré-fixadas, pode contratar operações de derivativos de DI em bolsa ou no mercado de balcão, vinculando esses ativos às tendências de mercado. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantinha em carteira contratos de Futuros de DI negociados na B3 S.A. que somavam um valor nocional de R\$1,641 bilhão.

O contrato de futuro de DI é definido como sendo o valor acumulado das taxas médias diárias de DI de um dia, calculadas entre a data da operação e a última data de negociação, sendo utilizado para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos/passivos em DI. As operações de compra e de venda, contratadas originalmente em taxa, serão transformadas em operações de venda e de compra, respectivamente, em PU.

A liquidação do contrato é exclusivamente financeira e ocorre diariamente até o vencimento do contrato (ajustes diários). A posição mantida pela Companhia é ajustada ao final de cada pregão pela diferença do preço de ajuste do dia (D0) frente ao preço do dia anterior (D-1) sendo liquidada no dia subsequente (D+1), conforme regras da B3 S.A..

Enquanto a Companhia mantiver contratos negociados na B3 S.A., é exigido pela câmara de compensação uma margem de garantia para cobrir os compromissos assumidos nesses contratos, que é apenas um percentual do valor total do contrato futuro. A CSN mantém valores mobiliários atrelados à essa garantia, representados substancialmente por títulos públicos, que serão resgatados após o encerramento da posição. Os valores dessas aplicações estão descritos na nota explicativa 4.

Swap cambial Dólar x Euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

• **Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado**

					31/12/2017
Instrumentos	Ativo		Passivo		Resultado financeiro líquido (nota 24)
	Circulante	Total	Circulante	Total	
Swap dólar x euro					(229)
DI futuro					28.503
					28.274

					31/12/2016
Instrumentos	Ativo		Passivo		Resultado financeiro líquido (nota 24)
	Circulante	Total	Circulante	Total	
Dólar futuro BM&F					(805.760)
Swap dólar x euro	2.298	2.298			(6.467)
Swap Pré x CDI (*)					(299)
Swap CDI x Pré (*)					(63)
DI futuro			(121)	(121)	5.829
	2.298	2.298	(121)	(121)	(806.760)

(*) As posições das operações de swap foram liquidadas em outubro 2017.

• **Hedge accounting de fluxo de caixa**

A partir de 1º de novembro de 2014, a Companhia designou formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento do impacto do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2017, estão designados US\$1.3 bilhão em exportações a serem realizadas entre janeiro de 2018 até outubro de 2022.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge* está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. Portanto, a variação do câmbio do instrumento e do objeto são similares. De acordo com a política contábil da Companhia, devem ser realizadas contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Por meio do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2017:

									31/12/2017
Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Câmbio de Designação	Montantes designados (US\$ mil)	Parceladas amortizadas (US\$ mil)	Efeito no Resultado (*) (R\$ mil)	Saldo registrado no patrimônio líquido (R\$ mil)
03/11/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2016 a Setembro de 2019	2,4442	500.000	(133.334)	53.203	(316.726)
01/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019 (2)	2,5601	175.000	(114.999)	38.937	(44.880)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	2,6781	100.000			(62.990)
21/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março 2021	3,1813	60.000			(7.602)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março 2021	3,2850	100.000			(2.300)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,2850	30.000			(690)
24/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3254	100.000			1.740
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	25.000			1.193
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	70.000			3.339
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	30.000			1.431
28/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3815	30.000			2.205
01/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	(1)	3,3940	(9.000)			(774)
03/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3940	355.000			30.530
Total						1.566.000	(248.333)	92.140	(395.524)

(*) O efeito no resultado foi registrado em outras despesas operacionais.

(1) - Durante a designação de agosto de 2015, revisamos as projeções futuras de exportação e identificamos que o montante de US\$ 9 milhões designado anteriormente não eram mais prováveis de realização devido à redução do valor do *Platts*. Dessa forma, interrompemos a relação de hedge a partir agosto de 2015. A variação cambial do período efetivo continua registrada no Patrimônio Líquido até o momento da liquidação da dívida, em outubro de 2022.

Nas relações de hedge descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada como segue:

	31/12/2016	Movimento	Realização	31/12/2017
Hedge accounting de fluxo de caixa	436.677	50.987	(92.140)	395.524
Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos	436.677	50.987	(92.140)	395.524

Em 31 de dezembro de 2017 as relações de hedge estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada.

• **Hedge de investimento líquido no exterior**

A CSN possui exposição cambial natural em Euro decorrente substancialmente de empréstimo realizado por controlada no exterior com moeda funcional em Reais para a aquisição de investimentos no exterior, cuja moeda funcional é o Euro. A referida exposição decorre da conversão dos balanços dessas controladas para a consolidação na CSN, sendo que a variação cambial dos empréstimos afetava a demonstração do resultado, na rubrica de resultado financeiro e a variação cambial dos ativos líquidos do exterior afetava diretamente o patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

A partir de 1º de setembro de 2015 a CSN passou a adotar o hedge de investimento líquido com a finalidade de eliminar essa exposição e cobrir futuras oscilações do Euro sobre esses empréstimos. Foram designados passivos financeiros não derivativos, representados por contratos de empréstimos com instituições financeiras no montante de €120 milhões. Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2017 relativo à designação são os seguintes:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Câmbio de Designação	Montantes designados (EUR mil)	Parcelas amortizadas (US\$ mil)	31/12/2017
							Impacto sobre o patrimônio líquido
01/09/2015	Passivo financeiro não derivativo em EUR - Contrato de Dívida	Investimentos em coligadas cujo a moeda funcional é EUR	Cambial - taxa spot R\$ x EUR	4,0825	120.000	(48.000)	(17.911)
Total					120.000	(48.000)	(17.911)

A movimentação dos valores relativos ao *hedge de investimento líquido* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada como segue:

	31/12/2016	Movimento	31/12/2017
Hedge de investimento líquido no exterior	(57.804)	39.893	(17.911)
Valor justo do hedge de investimento líquido	(57.804)	39.893	(17.911)

Em 31 de dezembro de 2017 as relações de hedge estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do hedge foi registrada.

12.c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais e de taxa de juros.

• Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2017.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio	31/12/2017		
		Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	3,3080	3,2381	4,1350	4,9620
EUR	3,9693	4,0295	4,9616	5,9540

Juros	Taxa de juros	31/12/2017	
		Cenário 1	Cenário 2
CDI	6,89%	8,61%	10,34%
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
LIBOR	1,84%	2,30%	2,76%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Valor de Referência	Risco	Cenário Provável (*)	31/12/2017	
				Cenário 1	Cenário 2
Hedge accounting de exportação	1.317.667	Dólar	(92.105)	1.089.711	2.179.422
Posição cambial natural (não incluindo derivativos cambiais acima)	(3.343.057)	Dólar	233.680	(2.764.708)	(5.529.416)
Posição cambial consolidada em US\$ (incluindo derivativos cambiais acima)	(2.025.390)	Dólar	141.575	(1.674.997)	(3.349.994)
Hedge de investimento líquido no exterior	72.000	Euro	4.334	71.447	142.894
Posição cambial natural	(69.203)	Euro	(4.166)	(68.672)	(137.344)
Posição cambial consolidada em €\$ (incluindo derivativos cambiais acima)	2.797	Euro	168	2.775	5.550

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar –valorização do real em 2,11% / Real x Euro – valorização do real em 1,52%. Fonte: cotações Banco Central do Brasil e Banco Central Europeu em 16/02/2018.

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2017.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Ativo	Passivo	Cenário Provável (*)	Consolidado Impacto no resultado	
					Cenário 1	Cenário 2
TJLP	7,00		(1.003.712)	(3.202)	(17.565)	(35.130)
Libor	1,84		(4.844.015)	(44.657)	(22.247)	(44.494)
CDI	6,89	644.525	(13.550.383)	(206.061)	(222.303)	(444.606)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2017 registrados no ativo e passivo da companhia.

12.d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 11.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2017	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.551.764	14.812.478	4.249.106	3.956.369	29.569.717
Fornecedores	2.460.774				2.460.774
Dividendos e JCP	510.692				510.692

IV - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, conforme abaixo:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	3.312.503	2.602.090	3.263.536	1.702.134
Fixed Rate Notes	5.751.526	6.207.946	5.666.506	4.907.339

(*) Fonte: Bloomberg

• Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro.

Quanto a exposição a risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, a companhia possui um comitê de risco de crédito, na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, antes da concessão do limite de crédito e termos de pagamento e revisado periodicamente, de acordo com os procedimentos de periodicidade de cada área de negócio

• Gestão de Capital

A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

Valores em milhares	2017	2016
Patrimônio (capital próprio)	8.288.229	7.384.521
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	29.510.844	30.441.018
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	3,56	4,12

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações classificadas no passivo circulante e não circulante possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivos com partes relacionadas (nota 18 b)	57.008	10.927			295.094	182.810	49.254	67.940
Instrumentos financeiros derivativos (nota 12 I)		121						
Fundos exclusivos ⁽¹⁾ (nota 18 b)						121		
Dividendos e JCP a pagar (nota 12 I) ⁽²⁾	510.692	484.570			2.345	2.209		
Adiantamento de Clientes	68.521	90.720			50.391	80.652		
Tributos parcelados (nota 15)	21.551	24.444	79.242	83.312	9.420	9.397	1.421	1.524
Participação sobre lucro - empregados	42.699	211.791			26.759	148.788		
Provisão fretes	81.699	57.586			12.578	10.764		
Provisão reestruturação industrial	1.350	13.000						
Obrigações fiscais			8.410	8.518			6.924	7.035
Provisões diversas	152.205	23.162			95.729	6.890		
Materiais terceiros em nosso poder	231	288						
Outras obrigações	123.945	105.115	41.671	39.307	23.245	22.900		
	1.059.901	1.021.724	129.323	131.137	515.561	464.531	57.599	76.499

1. Refere-se a operações com derivativos administrados pelos fundos exclusivos.

2. Dividendos a pagar pela controlada CSN Mineração.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(358.981)	(206.178)		37.518
Diferido	(50.128)	(60.368)	68.420	59.299
	(409.109)	(266.546)	68.420	96.817

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
(Prejuízo)/lucro antes do IR e da CSLL	520.338	(576.951)	(58.148)	(1.022.003)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(176.915)	196.163	19.770	347.481
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	42.431	22.072	307.964	(125.917)
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	37.605	(287.502)		
Ajuste <i>Transfer Price</i>	(34.746)	(63.638)	(21.562)	(26.679)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(368.612)	(821.920)	(320.233)	(788.240)
Limite de endividamento	(39.378)	(35.391)	(39.378)	(35.391)
IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos	541.655	643.990	539.449	636.190
(Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(403.080)	44.691	(403.080)	44.691
IR/CS sobre lucros no exterior	(29.964)	(35.613)	(29.455)	(35.295)
Amortização Ágio Metálico		31.439		31.439
Incentivos fiscais	14.358	22.673		18.145
Outras exclusões (adições) permanentes	7.537	16.490	14.945	30.393
IR / CSLL no resultado do exercício	(409.109)	(266.546)	68.420	96.817
Alíquota efetiva	79%	-46%	118%	9%

Atualmente não há evidências suficientemente fortes que sustentem o registro de créditos fiscais. Por esta razão, mantivemos o reconhecimento de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa até o limite de 30% dos impostos diferidos passivos.

14.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos mantidos no ativo não circulante referem-se exclusivamente a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e foram limitados a 30% do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos no passivo. O restante do estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e a totalidade das diferenças temporárias foram baixados e mantidos nos livros fiscais da Companhia para utilização futura e montam, respectivamente, R\$3.044.137 e R\$1.093.321 em 2017 e R\$3.067.726 e R\$ 1.095.848 em 2016.

	Consolidado				
	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
	31/12/2016	Patrimônio Líquido	Resultado	Outros	31/12/2017
Diferido					
Prejuízos fiscais	970.800		245.846	(79.412)	1.137.234
Bases negativas	340.629		94.843	(28.588)	406.884
Diferenças temporárias	(2.288.175)	26.778	(390.817)	(2.344)	(2.654.558)
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	256.936		12.963		269.899
- Provisões para passivos ambientais	95.048		(8.197)		86.851
- Perdas estimadas em ativos	93.908		(5.475)		88.433
- Perdas estimadas em estoques	35.703		10.111		45.814
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(2.300)		1.388		(912)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	705.929	316.563			1.022.492
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	134.578	180.834	(41.065)	(1.289)	273.058
- Provisão para consumos e serviços	123.101		(55.385)		67.716
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	42.008		5.208		47.216
- Ágio na incorporação	815		(207)		608
- Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾	1.589.651	56.493	(134.992)		1.511.152
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)				(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	148.471	(13.992)			134.479
- Aquisição Fair Value SWT/CBL	(199.001)	(21.143)	26.833		(193.311)
- IR/CS diferidos não constituídos	(1.324.437)	(566.173)	(3.255)	(115)	(1.893.980)
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(3.013.730)	82.769	(123.056)		(3.054.017)
- Combinação de negócios	(1.072.824)		32.288		(1.040.536)
- Outras	190.149	(8.573)	(107.976)	(940)	72.660
Total	(976.746)	26.778	(50.128)	(110.344)	(1.110.440)
Total Diferido Ativo	70.151				63.119
Total Diferido Passivo	(1.046.897)				(1.173.559)
Total Diferido	(976.746)				(1.110.440)

	Controladora				
	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
	31/12/2016	Patrimônio Líquido	Resultado	Outros	31/12/2017
Diferido Ativo					
Prejuízos fiscais	802.813		310.344	(79.496)	1.033.661
Bases negativas	280.164		118.005	(28.620)	369.549
Diferenças temporárias	(1.670.334)	56.494	(359.929)		(1.973.769)
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	219.595		(4.467)		215.128
- Provisões para passivos ambientais	92.802		(8.485)		84.317
- Perdas estimadas em ativos	62.398		(5.893)		56.505
- Perdas estimadas em estoques	12.686		4.983		17.669
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(2.300)		1.388		(912)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	705.929	316.563			1.022.492
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	137.023	180.834	(41.065)		276.792
- Provisão para consumos e serviços	93.760		(38.038)		55.722
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	27.714		5.454		33.168
- Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾	1.657.193	56.493	(120.099)		1.593.587
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)				(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	148.471	(13.992)			134.479
- IR/CS diferidos não constituídos	(1.115.571)	(566.173)			(1.681.744)
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(3.013.730)	82.769	(123.056)		(3.054.017)
- Combinação de negócios	(721.993)		22.610		(699.383)
- IR/CS diferidos sobre combinação negócios CGPAR	(22.609)				(22.609)
- IR/CS diferidos sobre amortização mais valia - CGPAR	1.340		(1.340)		
- Outras	139.138		(51.921)		87.217
Total	(587.357)	56.494	68.420	(108.116)	(570.559)
Total Diferido Passivo	(587.357)				(570.559)
Total Diferido	(587.357)				(570.559)

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil. No período compreendido entre 2013 e 2017 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$ 926.161. Caso as autoridades fiscais brasileiras entendam que estes lucros estão sujeitos à tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, estes, se devidos fossem, somariam aproximadamente R\$ 302.482.

A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

14.c) Teste de recuperação do IR/CS Diferidos

Anualmente a CSN executa um estudo técnico para demonstrar se a geração de resultados futuros tributáveis suporta a realização dos créditos fiscais.

Esse estudo é preparado no nível da Entidade, conforme legislação tributária brasileira e é realizado considerando-se substancialmente as projeções da Controladora (98% do valor consolidado), uma vez que as demais empresas do grupo não possuem créditos relevantes para fins desse estudo. A controladora abrange os seguintes negócios:

- Aços Brasil;
- Cimentos.

O IR/CS diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias referem-se, principalmente, aos itens a seguir:

Natureza	Breve descrição
Prejuízos Fiscais	A Companhia começou a incorrer em prejuízos fiscais na Controladora em períodos recentes, em decorrência do forte aumento das despesas financeiras, já que detém substancialmente todos os empréstimos e financiamentos.
Despesas com variação cambial	Desde 2012, a Companhia optou pela tributação por regime de caixa. Como a Controladora não tem apresentado lucro tributável, não tem sentido utilizar a dedutibilidade ano a ano (regime de competência). Como resultado da tributação por regime de caixa, os impostos são apenas devidos e as despesas são apenas dedutíveis quando da liquidação da dívida.
Perda no investimento em ações da Usiminas	A perda no investimento em ações da Usiminas é reconhecida através do regime de competência, no entanto, o evento que gera a tributação ocorrerá somente no momento da alienação do investimento, previsto para ocorrer dentro do período projetado para a realização dos créditos fiscais diferidos.
Outras Provisões	Outras provisões são reconhecidas pelo regime de competência e a sua tributação ocorre somente no momento de sua realização, tais como: provisão para contingência, perda por <i>impairment</i> , provisão para passivos ambientais, etc.

O estudo é preparado com base no plano de negócios de longo prazo da Companhia projetado para um período razoavelmente estimável pela Administração e considera diversos cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

O modelo de projeção do lucro tributável considera dois principais indicadores:

- Lucro antes dos impostos, refletindo o EBITDA projetado mais a depreciação, outras receitas e despesas e o resultado financeiro, e;
- Lucro Tributável, que compõe o lucro antes dos impostos mais (menos) os itens de receita e despesa que são tributáveis fora do período de competência (diferenças temporárias).

O Lucro tributável é obtido considerando os ajustes no lucro antes dos impostos, principalmente nos seguintes itens:

- Diferenças cambiais: devem ser compensadas com lucros futuros com base na liquidação das dívidas com terceiros e reprogramação das dívidas com partes relacionadas (para corresponder aos períodos de maior rentabilidade);
- Perda no investimento em ações da Usiminas: o modelo utiliza os créditos tributários no momento da venda das ações preferenciais (e realização das perdas), exclusivamente;
- Outras provisões: considerando a impossibilidade de prever o momento da ocorrência das perdas para a qual as provisões foram constituídas, a Companhia decidiu assumir o consumo de até 10% por ano; e

- Prejuízo fiscal: de acordo com a legislação brasileira, a utilização é limitada a 30% sobre o lucro tributável no ano. Ainda de acordo com a legislação brasileira, os prejuízos fiscais não expiram e podem ser utilizados para compensar lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, é realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez.

Por outro lado, como aspecto negativo, a CSN sofreu prejuízos fiscais na maior parte dos últimos cinco anos, decorrentes da deterioração do ambiente político e macroeconômico brasileiro, bem como pelo crescimento da alavancagem financeira, que desbalanceou a relação entre resultado financeiro e operacional na Controladora.

Resumindo, os principais aspectos positivos e negativos que a Companhia considerou no cálculo das projeções foram:

- Aspectos positivos: lucro operacional, prejuízos fiscais não expiram, extinção das despesas financeiras decorrentes da eliminação da relação pré-existente entre a Namisa e a Controladora e os dividendos a receber da CSN Mineração.
- Aspectos negativos: histórico de prejuízos fiscais, caixa gerado substancialmente para pagamento de dívidas e aumento dos custos do minério de ferro, já que, a partir da combinação de negócios, a Controladora passou a comprar minério de ferro a preço de mercado da CSN Mineração e de acordo com a legislação brasileira, a utilização do prejuízo fiscal é limitada a 30% sobre o lucro tributável no ano.

A existência de prejuízos fiscais gerados nos últimos exercícios é evidência negativa relevante por ser objetivamente verificável, de forma que é dado mais peso a essa evidência que a outras que possuem algum caráter de subjetividade, de acordo com a interpretação do pronunciamento técnico IAS 12 / CPC 32.

Dessa forma, considera-se que não há evidências suficientemente fortes que sustentem o registro de créditos fiscais, o que limita o seu reconhecimento até o limite de 30% dos impostos diferidos passivos.

14.d) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	171.473	30.234	175.649	33.400
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ganhos atuariais	(175.649)	(33.400)	(175.649)	(33.400)
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(525.107)	(33.796)	(525.107)	(33.796)
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ativos disp. Venda	525.107	33.796	525.107	33.796
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(369.017)	(425.510)	(369.017)	(425.510)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	134.478	109.813	134.478	109.813
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - hedge fluxo caixa	(134.478)	(109.813)	(134.478)	(109.813)
	(373.193)	(428.676)	(369.017)	(425.510)

15. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 13, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Refis Federal Lei 11.941/09	12.552	11.956	20.083	19.779	9.173	9.173		
Refis Federal Lei 12.865/13	5.984	5.572	56.381	57.905				
Demais Parcelamentos	3.015	6.916	2.778	5.628	247	224	1.421	1.524
	21.551	24.444	79.242	83.312	9.420	9.397	1.421	1.524

16. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais		Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fiscais	113.451	119.523	52.542	62.035	55.285	70.979	36.709	48.831
Previdenciárias	74.522	62.574	50.098	48.614	72.542	61.594	50.098	48.614
Trabalhistas	451.173	485.422	202.104	186.823	345.878	381.255	160.603	156.978
Cíveis	148.212	137.857	22.752	23.179	121.742	110.420	10.527	16.395
Ambientais	37.733	7.716	1.826	2.220	34.598	2.370	1.826	2.220
Depósitos Cauçionados			10.029	8.387				
	825.091	813.092	339.351	331.258	630.045	626.618	259.763	273.038

Classificado:

Circulante	105.958	108.607			74.586	78.081		
Não Circulante	719.133	704.485	339.351	331.258	555.459	548.537	259.763	273.038
	825.091	813.092	339.351	331.258	630.045	626.618	259.763	273.038

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2017 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2016	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2017
Fiscais	119.523	24.805	6.325	(37.202)	113.451
Previdenciárias	62.574	10.333	3.121	(1.506)	74.522
Trabalhistas	485.422	42.400	33.330	(109.979)	451.173
Cíveis	137.857	3.496	11.681	(4.822)	148.212
Ambientais	7.716	33.549	221	(3.753)	37.733
	813.092	114.583	54.678	(157.262)	825.091

Natureza	Controladora				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2016	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2017
Fiscais	70.979	17.487	2.518	(35.699)	55.285
Previdenciárias	61.594	8.307	2.641		72.542
Trabalhistas	381.255	33.921	22.776	(92.074)	345.878
Cíveis	110.420	2.040	9.282		121.742
Ambientais	2.370	32.214	129	(115)	34.598
	626.618	93.969	37.346	(127.888)	630.045

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos Tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) autos de infração de ISS incidente nos contratos de locação; (ii) ICMS declarado e não comprovado o recolhimento; (iii) Ação Consignatória de Pagamento de contribuições previdenciárias; (iv) Pedidos de compensação de tributos Federais não homologadas por inexistência do direito creditório.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2017, em 8.778 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes da obtenção de alvarás para encerramento de processos, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões para contingência, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde e ressarcimento de honorários gastos na Justiça do Trabalho.

Processos ambientais

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a Companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia.

Os processos de natureza ambiental apresentam alta complexidade para a estimativa do valor em risco, pois devem ser levados em consideração, entre vários aspectos, a evolução processual, a extensão dos eventuais danos e a projeção dos custos de reparação.

Há outros processos de natureza ambiental para os quais ainda não é possível aferir o risco e o valor de contingência em razão da citada complexidade de estimativa, das peculiaridades das matérias que os envolvem e das fases processuais em que se encontram. Os principais processos de natureza ambiental encontram-se abaixo listados:

- Em 2010, a CSN assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Estado do Rio de Janeiro, com o compromisso de realizar novos estudos e investimentos para atualizar o equipamento de controle ambiental da Usina Presidente Vargas (UPV). Este TAC, inicialmente estimou um investimento no montante de R\$ 216 milhões, que posteriormente foi atualizado para R\$ 260 milhões, após obtenção de dados mais precisos sobre os custos dos projetos. Em 2013, a CSN assinou um aditivo ao TAC visando esclarecer certos pontos, bem como para incluir novas obrigações determinadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), resultando em um investimento adicional de R\$ 165 milhões, que já foi feito. Devido ao prazo final do TAC de 2010, que terminaria em 2015, a CSN, o Estado do Rio de Janeiro e o INEA assinaram um novo TAC (TAC INEA 03/2016) em 13 de abril de 2016. Este TAC determinou novos investimentos no montante de R\$ 178,5 milhões referente a medidas de adequações na UPV, o pagamento de multas ambientais no valor de R\$ 16 milhões e os valores referentes à medida compensatória de R\$ 6,1 milhões a serem destinados a programas ambientais na região de Volta Redonda. Durante a vigência do TAC 03/2016, o pleno funcionamento da UPV foi autorizado pela Autorização Ambiental de Funcionamento nº IN034283 ("AAF").

No contexto do TAC 03/2016, diante do prazo final da AAF, foi obtida Autorização Ambiental nº IN042958, por meio da Deliberação CECA/CFL nº 6.141, de 07/12/2017 ("AA"), cuja íntegra foi publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro de 08/12/2017, página 13, que mantém, provisoriamente, a plena operação da UPV até 20/06/2018 (180 dias). Durante este período, a Companhia buscará uma solução consensual para as questões ambientais da UPV junto os órgãos ambientais do Estado do Rio de Janeiro.

- Em julho de 2012, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ingressou com uma ação civil pública em face da CSN, alegando, em breve síntese, que a empresa deverá (i) remover todos os resíduos descartados em duas áreas utilizadas como aterro industrial na cidade de Volta Redonda e (ii) transferir 750 residências localizadas no condomínio Volta Grande IV, também na cidade de Volta Redonda. Referidos pedidos foram negados pelo Tribunal, tendo sido determinado que fosse apresentado um cronograma para investigar a área e, se necessário, para remediar as questões potenciais levantadas pelo Ministério Público. O referido cronograma foi apresentado, apontando a conclusão de todos os estudos relacionados às fases de investigação, incluindo o plano de avaliação e intervenção de risco, que foram concluídos em 30 de abril de 2014. Além disso, a empresa foi notificada a respeito do ajuizamento de algumas ações de indenizações movidas pelos proprietários de casas do condomínio Volta Grande IV, com pedido de ressarcimento pelos supostos danos morais e materiais suportados.
- Em agosto de 2013, o Ministério Público Federal ajuizou outro processo, com os mesmos pedidos formulados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na ação civil pública descrita acima. Atualmente, ainda se discute qual o juízo será competente para processar e julgar ambas as ações civis públicas.
- No que diz respeito a outras áreas supostamente contaminadas na cidade de Volta Redonda, o Ministério Público ajuizou outras três ações civis públicas destinadas à remediação ambiental e indenização das áreas denominadas Marcia I, II, III e IV, Wandir I e II e Reciclam. Essas demandas estão no estágio inicial e a CSN atualmente está realizando estudos ambientais que determinarão a extensão dos possíveis danos ambientais causados pela contaminação do solo, bem como a implementação de ações para cumprir as leis aplicáveis. Uma vez concluídos os estudos, estes serão apresentados e anexados aos respectivos processos.
- Em 2015, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra a CSN requerendo a adequação e regularização da emissão de particulados da Usina Presidente Vargas, com a consequente paralisação de suas atividades. De acordo com a Resolução CONAMA n.º 436/2011, a empresa tem até dezembro de 2018 para ajustar a emissão de particulados aos novos padrões legais exigíveis. Ressalta-se que a CSN cumpre todas as normas ambientais aplicáveis.

- Em 2016, a CSN foi notificada sobre o ajuizamento de nova ação civil pública distribuída, conjuntamente, pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduos na área denominada "Aterro Panco". Na referida ação, há pedidos para recuperação de áreas degradadas, reparação dos danos à flora e fauna, e à saúde humana, bem como indenização por danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Tendo em vista o objeto deste processo judicial e a fase do processo, o valor relacionado ao caso é ilíquido.
 - Em 2004, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a CSN por suposta contaminação ambiental e poluição do rio Paraíba do Sul, causada pela atividade industrial produzida na área. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro manteve a condenação de 1ª instância, reiterando a obrigação de a Companhia compensar os eventuais danos ambientais causados ao ecossistema. A CSN recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, que deferiu o recurso e determinou o retorno dos autos à 1ª Instância, com a anulação das decisões proferidas até então, para a realização de perícia técnica na área.
 - Um inquérito civil está em andamento para verificar (i) os requisitos ambientais para o projeto da CSN na cidade de Arcos (fábrica de cimento); (ii) monitoramento e mitigação dos impactos ambientais das atividades produtivas; (iii) conformidade da empresa com as condições de suas respectivas licenças ambientais, incluindo a criação de um museu dentro da estação ecológica de Corumbá e a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); e (iv) ações para a preservação do patrimônio cultural e adoção de medidas compensatórias. Em 2 de fevereiro de 2011, foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para efetivar o cumprimento das obrigações levantadas pelo Ministério Público. O órgão ministerial já disponibilizou certidão dando quitação à maioria dos itens deste TAC, restando pendentes de cumprimento, atualmente, apenas 3 itens.
 - Em 2009 e 2010, foram assinados Termos de Acordos Judiciais (TAJ's) com o Ministério Público Federal buscando a recuperação de passivos ambientais causados pela mineração de carvão na Região Sudeste de Santa Catarina até a década de 1990. Os passivos ambientais abrangidos pelos acordos incluem a restauração de certas áreas degradadas. Atualmente, está sendo negociado um novo acordo visando repactuação dos prazos relacionado aos cronogramas das obras, de modo a buscar a solução mais benéfica à Cia.
 - Em relação às questões de mineração, com a ocorrência do acidente envolvendo uma empresa brasileira em novembro de 2015, o Estado de Minas Gerais instaurou diversos inquéritos civis visando investigar as empresas do segmento de mineração, com base no Inventário da Barragem do Estado divulgado em 2014. Esses procedimentos têm o escopo de averiguar as estruturas que não possuem estabilidade técnica garantida por um auditor externo, ou cuja estabilidade não foi atestada devido à falta de documentos ou dados técnicos.
 - Em março de 2016, a CSN foi notificada sobre a Ação Civil Pública interposta contra o Estado de Minas Gerais e a Fundação Ambiental do Estado (FEAM) questionando a estabilidade da estrutura da Barragem da CSN conhecida como BAIA 4 - uma pequena estrutura instalada dentro da área industrial e usado para coleta de finos (particulados) do processo de filtração de minério. Esse procedimento foi arquivado com base em informações desatualizadas antes da apresentação da defesa. A CSN conseguiu demonstrar a estabilidade da estrutura da Baía 4, o que levou à desistência da ação judicial. Em agosto de 2016, a CSN foi notificada sobre o ajuizamento de uma ação civil pública similar, em relação à estrutura de Barragem do Dique do Engenho. Foram apresentados documentos às autoridades estaduais que comprovam a estabilidade e a segurança da barragem do Dique do Engenho. Espera-se que esse processo também seja arquivado, pelas mesmas razões que o anterior.
-

▪ Processos Administrativos e Judiciais Possíveis

A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital por suposta venda de participação societária da controlada NAMISA	11.073.961	8.415.142
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa	2.623.179	2.457.855
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa dos juros de pré-pagamento decorrente dos contratos de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários	2.500.606	2.327.499
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior anos 2008, 2010 e 2011	1.858.640	1.644.898
Execuções Fiscais - ICMS - Crédito de Energia Elétrica	920.306	838.192
Parcelamento MP 470 - Suposta insuficiência de prejuízo fiscal e base negativa	704.739	652.553
Compensações não homologadas - IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e IPI	1.685.648	1.505.079
Glosa de créditos - ICMS - Transferência de minério	499.006	570.997
ICMS - transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação	275.233	279.511
Glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI	491.862	455.214
Autos de Infração - ICMS - remessa e retorno de mercadoria para Industrialização	816.199	749.492
Auto de Infração- IRRF- Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior	203.185	185.249
CFEM - Divergência sobre o entendimento da CSN e DNPM sobre a base de cálculo	290.249	348.512
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	3.065.131	2.727.258
Auto de Infração - ICMS - Questionamento sobre vendas para Zona Incentivada	170.330	
Processos previdenciários	278.600	263.951
Ação de Execução proposta pelo CADE	98.189	96.316
Outros processos cíveis	1.111.944	814.440
Processos trabalhistas e previdenciários trabalhistas	1.569.712	1.138.155
Processo ambiental - ACP TAC/PAC - Cumprimento das obrigações ambiental ⁽¹⁾	216.878	203.486
Execução Fiscal Multa Volta Grande IV ⁽²⁾	67.620	58.045
Outros processos ambientais	117.858	113.741
	30.639.075	25.845.585

(1) Em 1995, o Município de Volta Redonda ajuizou ação civil pública requerendo o cumprimento dos requisitos do Programa de Compensação Ambiental (PAC) celebrado entre o município e a CSN. Em maio de 2008, apesar de a CSN ter demonstrado sua conformidade com a celebração do TAC/1995, envolvendo um valor aproximado de R\$ 16 milhões, o Município de Volta Redonda discordou e solicitou o pagamento das obrigações consideradas, pelo Município, como pendentes. Após as discussões iniciais, o Município de Volta Redonda apresentou uma petição para executar os itens supostamente não cumpridos, no valor original de R\$ 172 milhões, o que foi devidamente contestado pela Companhia. O juiz de 1ª Instância nomeou uma equipe de especialistas para determinar as obrigações pendentes e o respectivo valor envolvido. Atualmente, o processo encontra-se suspenso, por requerimento de ambas as partes, com vistas a tratativas para possível acordo.

- (2) Em 8 de abril de 2013, o INEA aplicou à CSN multa no valor original de R\$ 35 milhões em relação aos aspectos envolvendo o condomínio Volta Grande IV, determinando que fossem realizadas as ações já ponderadas e discutidas na ação civil pública ajuizada em julho de 2012. Em relação à aplicação desta multa, foi ajuizada ação anulatória, distribuída, em janeiro de 2014, à 10ª Vara Cível da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, visando a anulação da multa e de seus efeitos. Em paralelo, o INEA ajuizou ação de execução fiscal com o objetivo de executar o montante da multa imposta. A ação de Execução Fiscal mencionada foi distribuída em maio de 2014 ao 4º Cartório da Dívida Ativa de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, a referida ação de execução está suspensa até o julgamento da ação anulatória, visando evitar decisões conflitantes.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionadas em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

17. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivos Ambientais	255.517	273.475	248.306	265.772
Desativação de ativos	81.496	73.589	612	
	337.013	347.064	248.918	265.772

17.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2017 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2017 foi de 10,54% em termos reais. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGP-M) do período, em referência.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25.

17.b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Em 2015 a Companhia concluiu, com a assessoria de empresa especializada, um novo relatório de certificação das reservas minerais das minas Casa de Pedra e Engenho. Este relatório certificou reservas de 3.021 milhões de toneladas de minério de ferro.

18. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

18.a) Transações com Controladores

A Vicunha Aços S.A. é a principal acionista da Companhia detendo 49,21% de participação no capital votante.

Também integrando o controle da Companhia estão a Rio Iaco Participações S.A., a CFL Participações S.A. e a Vicunha Têxtil, as quais detêm participação no capital votante da CSN de 4,29%, 0,29% e 0,36%, respectivamente.

A estrutura societária da Vicunha Aços é a seguinte:

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 67,92% na Vicunha Aços S.A

CFL Participações S.A. – detém participação de 12,82% na Vicunha Aços S.A e detém participação 40% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 19,24% na Vicunha Aços S.A e detém participação 60% na Vicunha Steel S.A.

18.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

- Por operação

	Consolidado					
	Circulante		Não Circulante		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo						
Contas a receber ^(nota 5)	115.388	129.837			115.388	129.837
Dividendos a receber ^(nota 5)	41.528	37.679			41.528	37.679
Ativo Atuarial ^(nota 7)			111.281	119.854	111.281	119.854
Aplicações financeiras / Investimentos	53	315.319			53	315.319
Empréstimos ^(nota 7)	2.441		554.694	479.960	557.135	479.960
Outros Créditos ^(nota 7)	3.577	5.768	30.770	32.020	34.347	37.788
	162.987	488.603	696.745	631.834	859.732	1.120.437
Passivo						
Outras obrigações ^(nota 13)						
Contas a pagar	57.008	10.927			57.008	10.927
Fornecedores	81.063	50.623			81.063	50.623
Passivo Atuarial			41.937	28.004	41.937	28.004
	138.071	61.550	41.937	28.004	180.008	89.554
	31/12/2017	31/12/2016				
Resultado						
Receitas						
Vendas	880.145	878.992				
Juros ^(nota 24)	61.549	60.964				
Despesas						
Compras	(1.176.930)	(1.099.851)				
Juros ^(nota 24)		(3.185)				
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		(18.398)				
	(235.236)	(181.478)				

• **Por empresa**

	Consolidado									
	Ativo			Passivo			Resultado			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais Líquidas
Joint-venture e Joint-operation										
Itá Energética S.A.				2.741		2.741		(32.275)		(32.275)
MRS Logística S.A.	40.828		40.828	100.749		100.749		(934.279)		(934.279)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	714		714	23.874		23.874	55	(150.758)		(150.703)
Transnordestina Logística S.A. ⁽¹⁾	248	554.694	554.942	3.245		3.245	2.549	(7.916)	53.261	47.894
	41.790	554.694	596.484	130.609		130.609	2.604	(1.125.228)	53.261	(1.069.363)
Outras Partes Relacionadas										
CBS Previdência		111.281	111.281		41.937	41.937				
Fundação CSN	1.829		1.829	518		518	13	(1.118)		(1.105)
Banco Fibra ⁽²⁾	53		53						6.290	6.290
Usiminas				410		410		(427)		(427)
Panatlântica ⁽³⁾	109.565	1.750	111.315	6.534		6.534	872.047	(43.949)		828.098
Ibis Participações e Serviços								(5.915)		(5.915)
Partifib Projetos Imobiliários	100		100				2.821			2.821
Vicunha Imóveis Ltda.								(232)		(232)
Vicunha Serviços Ltda.								(61)		(61)
	111.547	113.031	224.578	7.462	41.937	49.399	874.881	(51.702)	6.290	829.469
Coligadas										
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	9.650	29.020	38.670				2.660		1.998	4.658
Total em 31/12/2017	162.987	696.745	859.732	138.071	41.937	180.008	880.145	(1.176.930)	61.549	(235.236)
Total em 31/12/2016	488.603	631.834	1.120.437	61.550	28.004	89.554	878.992	(1.099.851)	57.779	(18.398)

1. Transnordestina Logística S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a contratos de mútuos em R\$: Juros de 102,0% a 115,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos totalizam R\$507.009 (R\$459.762 em 31 de dezembro de 2016).
2. Banco Fibra S.A.: Ativo: Refere-se a aplicações financeiras em CDB e *Time deposit a taxa de mercado*.
3. Panatlântica: Contas a receber decorrentes da venda de produtos siderúrgicos.

• Por operação

	Controladora					
	Circulante		Não Circulante		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo						
Contas a receber ⁽¹⁾ (nota 5)	831.993	1.034.098			831.993	1.034.098
Dividendos a receber ^(nota 5)	1.044.242	873.473			1.044.242	873.473
Ativo Atuarial ^(nota 7)			95.898	109.106	95.898	109.106
Empréstimos ^(nota 7)	26.701	25.602	444.091	375.716	470.792	401.318
Aplicações financeiras / Investimentos ⁽²⁾	2.619	811.990	127.569	81.382	130.188	893.372
Outros Créditos ⁽³⁾ (nota 9)	37.007	132.384	320.377	311.414	357.384	443.798
	1.942.562	2.877.547	987.935	877.618	2.930.497	3.755.165
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Pré-pagamento ^(nota 13)	72.019	72.128	4.856.104	4.876.840	4.928.123	4.948.968
Fixed Rate Notes ^(nota 13)	27.450	27.044	3.436.385	3.385.587	3.463.835	3.412.631
Empréstimos Intercompany ^(nota 13)	1.113.411	149.654	1.620.921	2.719.420	2.734.332	2.869.074
	1.212.880	248.826	9.913.410	10.981.847	11.126.290	11.230.673
Outras obrigações ^(nota 13)						
Contas a pagar ⁽⁴⁾	295.094	182.810	49.254	67.940	344.348	250.750
Fundos exclusivos ⁽²⁾ (nota 12)		121				121
Fornecedores	146.631	141.048			146.631	141.048
Passivo Atuarial			41.937	28.004	41.937	28.004
	441.725	323.979	91.191	95.944	532.916	419.923
	31/12/2017	31/12/2016				
Resultado						
Receitas						
Vendas/Outras	3.170.697	3.050.152				
Juros ^(nota 24)	51.721	40.646				
Fundos Exclusivos ^(nota 24)	47.683					
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		2.325.086				
Despesas						
Compras	(2.027.664)	(1.474.921)				
Juros ^(nota 24)	(525.483)	(528.547)				
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	(145.425)					
Rendimentos dos Fundos Exclusivos ^(nota 24)		(655.849)				
	571.529	2.756.567				

1. As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
2. Ativo: As aplicações financeiras, classificadas no circulante, totalizam R\$ 2.619 em 31 de dezembro de 2017 (R\$811.990 em 31 de dezembro de 2016) e os investimentos em ações da Usiminas classificados como investimentos disponíveis para venda, no grupo não circulante, totalizam R\$127.569 (R\$81.382 em 31 de dezembro de 2016).
3. Circulante: Refere-se principalmente a repasse de despesas administrativas no valor de R\$29.559.
Não Circulante: Refere-se principalmente a adiantamento para futuro aumento de capital, dividendos a receber e contas a receber referente a aquisição de debêntures.
4. Circulante: Refere-se principalmente a despesas com comissão e logística nas operações de vendas de aços para revenda através da sua controlada CSN LLC.

Não Circulante: Refere-se principalmente a operações de cessão de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social com a empresa Ferrovia Transnordestina Logística.

• Por empresa

	Controladora									
	Ativo			Passivo			Resultado			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas / Outras	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas
Controladas										
Companhia Metalúrgica Prada ⁽¹⁾	197.654	121.336	318.990	11.140	196	11.336	641.501	(64.214)		577.287
Estanho de Rondônia S.A.	16.045	1.766	17.811	1.795		1.795	563	(26.722)	777	(25.382)
Sepetiba Tecon S.A.	20.484	96.747	117.231	24.762		24.762	75	(92.228)	2.350	(89.803)
Minérios Nacional S.A.		40.350	40.350							
CSN Mineração S.A. ⁽²⁾	1.270.493		1.270.493	54.830		54.830	102.679	(1.008.618)		(905.939)
CSN Energia S.A.	116		116	57.198		57.198		(339.432)		(339.432)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	141	26.777	26.918		49.059	49.059	274			(5.576)
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC ⁽³⁾	232.505		232.505	238.579		238.579	867.434	(19.177)		851.854
CSN Europe Ltda.									(2.157)	3.312
CSN Resources S.A. ⁽⁴⁾				1.203.705	7.446.925	8.650.630			(453.467)	(124.085)
Lusosider Açores Planos, S.A.	63.503		63.503	170		170	680.575			7.759
CSN Islands XI Corp. ⁽⁵⁾					1.058.560	1.058.560				(15.648)
CSN Islands XII Corp. ⁽⁶⁾				9.175	1.407.924	1.417.099			(61.295)	(17.748)
CSN Ibéria Ltda.									(8.564)	2.964
Companhia Florestal do Brasil	1.103	2.631	3.734							
Stahlwerk Thüringen GmbH				22		22				
Joint-venture e Joint-operation	1.802.044	289.607	2.091.651	1.601.376	9.962.664	11.564.040	2.293.101	(1.550.391)	(522.356)	(145.425)
ITA Energética S.A.	2.562		2.562							
MRS Logística S.A.	20.419		20.419	30.759		30.759		(327.587)		(327.587)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	714		714	15.480		15.480	55	(98.010)		(97.955)
Transnordestina Logística S.A.	248	444.091	444.339						42.211	42.211
	23.943	444.091	468.034	46.239		46.239	55	(425.597)	42.211	(383.331)
Outras Partes Relacionadas										
CBS Previdência		95.898	95.898		41.937	41.937				
Fundação CSN	1.829		1.829	55		55	13	(1.118)		(1.105)
Banco Fibra	53		53						4.385	4.385
Usiminas				401		401		(401)		(401)
Panatlântica	109.565	1.750	111.315	6.534		6.534	872.047	(43.949)		828.098
Ibis Participações e Serviços								(5.915)		(5.915)
Partifib Projetos Imobiliários	100		100				2.821			2.821
Vicunha Imóveis Ltda.								(232)		(232)
Vicunha Serviços Ltda.								(61)		(61)
	111.547	97.648	209.195	6.990	41.937	48.927	874.881	(51.676)	4.385	827.590
Coligadas										
Arvedi Metalferr do Brasil S.A.	2.461	29.020	31.481				2.660		1.998	4.658
Fundos Exclusivos										
Diplic, Caixa Vertice, VR1, BB Steel	2.567	127.569	130.136						47.683	47.683
Total em 31/12/2017	1.942.562	987.935	2.930.497	1.654.605	10.004.601	11.659.206	3.170.697	(2.027.664)	(426.079)	(145.425)
Total em 31/12/2016	2.877.547	877.618	3.755.165	572.805	11.077.791	11.650.596	3.050.152	(1.474.921)	(1.143.750)	2.325.086

- Companhia Metalúrgica Prada: Refere-se principalmente ao valor de contas a receber no montante de R\$197.654 em 31 de dezembro de 2017 e o montante de R\$121.336 de debêntures da controlada indireta CBL.
- CSN Mineração: Ativo: Refere-se principalmente a dividendos a receber no montante de R\$1.019.381 e repasse de despesas administrativas no valor de R\$218.505.
Passivo: Contas a pagar referente a compra de minério de ferro e de serviços portuários.
- Companhia Siderúrgica Nacional, LLC: Contas a receber no valor de R\$232.505 em 31 de dezembro de 2017 (R\$479.625 em 31 de dezembro de 2016), referente a operações de vendas de aço para revenda.
- CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento e Fixed Rate Notes. Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos totalizam R\$7.446.925 (R\$8.495.912 em 31 de dezembro de 2016).
- CSN Islands XI Corp: Contratos *Intercompany* em dólar. Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos totalizam R\$1.058.560 (R\$1.042.912 em 31 de dezembro de 2016).
- CSN Islands XII Corp: Contratos de Pré-Pagamento e contratos *Intercompany*, em dólar. Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos totalizam R\$1.417.099 (R\$1.489.631 em 31 de dezembro de 2016).

18.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

• CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• Ibis Participações e Serviços Ltda, Ibis Agraria e Partifib Projetos Imobiliários

São empresa sob controle de membro da administração da Companhia.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da Companhia, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

• Taquari Asset

Pertencente ao Grupo Vicunha, a Taquari Asset é a empresa do grupo responsável por administração de recursos de terceiros, fundos e/ou carteiras.

• Empresas sob controle de membro da administração da Companhia

- Ibis Participações e Serviços Ltda.
- Ibis Agrária Ltda
- Partifib Projetos Imobiliários Ltda.
- Vicunha Imóveis Ltda.
- Vicunha Serviços Ltda.

18.d) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a remuneração e os saldos existentes em 31 de dezembro de 2017.

	31/12/2017	31/12/2016
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	39.721	71.852
Benefícios pós-emprego	110	306
	39.831	72.158

(*) A remuneração do pessoal chave da Administração em 2016 inclui pagamentos relativos a contratos celebrados com executivos e que estavam vinculados ao cumprimento de parâmetros que foram atingidos principalmente no primeiro trimestre de 2016.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$4.540.000 dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

19.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

19.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

19.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2017, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Vicunha Aços S.A. (*)	682.855.454	49,21%	50,32%	682.855.454	49,21%	50,32%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	4,19%	4,29%	58.193.503	4,19%	4,29%
CFL Participações S.A. (*)	3.977.536	0,29%	0,29%	3.977.536	0,29%	0,29%
Vicunha Textil S.A. (*)	4.927.000	0,36%	0,36%	4.927.000	0,36%	0,36%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	20.143.031	1,45%	1,48%	20.143.031	1,45%	1,48%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	8.794.890	0,63%	0,65%	8.794.890	0,63%	0,65%
NYSE (ADRs)	303.590.364	21,88%	22,37%	323.546.664	23,32%	23,84%
BM&FBovespa	274.651.269	19,79%	20,24%	254.694.969	18,36%	18,77%
Total de ações em circulação	1.357.133.047	97,81%	100,00%	1.357.133.047	97,81%	100,00%
Ações em tesouraria	30.391.000	2,19%		30.391.000	2,19%	
Total de ações	1.387.524.047	100,00%		1.387.524.047	100,00%	

(*) Empresas do grupo controlador.

19.e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração autorizou diversos programas de recompra de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Saldo em tesouraria
1º	13/03/2014	70.205.661	De 14/03/2014 a 14/04/2014	R\$ 9,34	R\$ 9,22 e R\$ 9,45	2.350.000		2.350.000
2º	15/04/2014	67.855.661	De 16/04/2014 a 23/05/2014	R\$ 8,97	R\$ 8,70 e R\$ 9,48	9.529.500		11.879.500
3º	23/05/2014	58.326.161	De 26/05/2014 a 25/06/2014	R\$ 9,21	R\$ 8,61 e R\$ 9,72	31.544.500		43.424.000
4º	26/06/2014	26.781.661	De 26/06/2014 a 17/07/2014	R\$ 10,42	R\$ 9,33 e R\$ 11,54	26.781.661		70.205.661
	18/07/2014			Não aplicável	Não aplicável		60.000.000 ⁽¹⁾	10.205.661
5º	18/07/2014	64.205.661	De 18/07/2014 a 18/08/2014	R\$ 11,40	R\$ 11,40	240.400		10.446.061
	19/08/2014			Não aplicável	Não aplicável		10.446.061 ⁽¹⁾	
6º	19/08/2014	63.161.055	De 19/08/2014 a 25/09/2014	R\$ 9,82	R\$ 9,47 e R\$ 10,07	6.791.300		6.791.300
7º	29/09/2014	56.369.755	De 29/09/2014 a 29/12/2014	R\$ 7,49	R\$ 4,48 e R\$ 9,16	21.758.600		28.549.900
8º	30/12/2014	34.611.155	De 31/12/2014 a 31/03/2015	R\$ 5,10	R\$ 4,90 e R\$ 5,39	1.841.100		30.391.000
9º (*)	31/03/2015	32.770.055	De 01/04/2015 a 30/06/2015					

(*) Não houve recompra de ações neste programa.

- Em 2014, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 70.446.061 de ações mantidas em tesouraria sem alteração do valor do capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Custo das ações			Valor de mercado das ações em 31/12/2017 (*)
		Mínimo	Máximo	Médio	
30.391.000	R\$ 238.976	R\$ 4,48	R\$ 10,07	R\$ 7,86	R\$ 253.765

(*) Utilizada a cotação média das ações na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$8,35 por ação.

19.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

19.g) Lucro líquido/(Prejuízo) por ação (LPA):

O lucro/(prejuízo) por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria, e foi calculado como segue:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
	Ações ordinárias	
Lucro/ (Prejuízo) do exercício		
Das Operações Continuadas	10.272	(925.186)
Das Operações Descontinuadas		(9.561)
	10.272	(934.747)
Média ponderada da quantidade de ações	1.357.133.047	1.357.133.047
LPA Básico e Diluído		
Das Operações Continuadas	0,00757	(0,68172)
Das Operações Descontinuadas		(0,00704)
	0,00757	(0,68876)

A Companhia não detém ações ordinárias potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

20. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

Em 11 de março de 2015 o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de dividendos, à conta de reserva de lucros (reserva estatutária de capital de giro), no montante de R\$275.000, correspondendo R\$0,202633043 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 19 de março de 2015, sem atualização monetária.

Demonstramos nos quadros a seguir o histórico dos dividendos deliberados e pagos:

Deliberação		Pagamento	
Ano de Deliberação	Dividendos	Ano de Pagamento	Dividendos
2014	700.000	2014	424.939
		2015	274.917
2015	275.000	2015	274.918
2016 (*)		2016	53
2017 (*)		2017	
Total Deliberado	975.000	Total Pago	974.827

(*) Não houve deliberação de dividendos durante o ano de 2016 e 2017.

21. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta				
Mercado interno	11.487.011	10.206.195	10.685.246	9.628.237
Mercado externo	9.980.572	9.571.630	2.388.838	1.733.999
	21.467.583	19.777.825	13.074.084	11.362.236
Deduções				
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(262.989)	(190.415)	(283.241)	(147.456)
Impostos incidentes sobre vendas	(2.679.993)	(2.438.461)	(2.404.007)	(2.214.865)
	(2.942.982)	(2.628.876)	(2.687.248)	(2.362.321)
Receita Líquida	18.524.601	17.148.949	10.386.836	8.999.915

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Matérias Primas e Insumos	(5.404.801)	(4.518.718)	(4.661.301)	(3.556.098)
Mão de obra	(2.400.579)	(2.482.111)	(1.200.659)	(1.361.205)
Suprimentos	(1.451.437)	(1.384.437)	(1.068.413)	(987.635)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.145.974)	(1.203.294)	(641.618)	(683.891)
Serviços de Terceiros	(3.424.439)	(3.492.520)	(1.101.368)	(1.014.438)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.408.765)	(1.278.816)	(642.833)	(596.443)
Outros	(591.094)	(495.274)	(110.999)	(30.932)
	(15.827.089)	(14.855.170)	(9.427.191)	(8.230.642)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(13.596.141)	(12.640.042)	(8.542.284)	(7.353.490)
Despesas com vendas	(1.815.107)	(1.696.896)	(680.386)	(612.917)
Despesas gerais e administrativas	(415.841)	(518.232)	(204.521)	(264.235)
	(15.827.089)	(14.855.170)	(9.427.191)	(8.230.642)

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo de Produção	1.376.862	1.241.425	618.189	568.988
Despesa Vendas	8.851	9.163	7.324	7.576
Despesa Gerais e Administrativas	23.052	28.228	17.320	19.879
	1.408.765	1.278.816	642.833	596.443
Outras operacionais (*)	44.570	43.681		
	1.453.335	1.322.497	642.833	596.443

(*) Refere-se principalmente a amortização de ativo intangível, vide nota 23.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas operacionais				
Indenizações/Ganho processos judiciais	6.106	26.871	5.593	3.822
Aluguéis e arrendamentos	1.841	1.483	1.481	1.326
Dividendos recebidos	3.248	567	2.731	384
Crédito Extemporâneo PIS/COFINS		203.504		194.082
Multas Contratuais	2.970	2.501	1.746	1.145
Ganhos decorrentes de combinação de negócios		66.496		66.496
Plano de pensão atuarial	36.952	48.790	28.605	41.868
Ganho com alienação de ativo mantido para venda		252.023		252.023
Correção Monetária de empréstimo compulsório da Eletrobrás (*)	755.151		755.151	
Outras receitas	18.018	61.274	4.567	26.244
	824.286	663.509	799.874	587.390
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(136.348)	(88.249)	(90.048)	(5.719)
Baixa/(Provisão) de depósitos judiciais	(38.258)	(64.886)	(35.990)	(47.257)
Despesas com passivo ambiental líquidas	(7.156)	(5.023)	1.707	(195)
Despesas com processos fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas	(95.744)	(151.534)	(67.696)	(111.764)
Multas contratuais		(16.624)	(783)	(15.699)
Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (nota 22)	(44.570)	(43.681)		
Baixas de imobilizado e intangível (notas 9 e 10)	(28.127)	(88.339)	(2.112)	(39.397)
(Perdas)/Reversão estimadas em estoques	(12.903)	(17.236)	(1.194)	804
Perdas com sobressalentes	(2.872)	(12.080)	(2.402)	(5.688)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(32.956)	(31.156)	(30.376)	(29.601)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(3.944)	(2.269)	(3.944)	(2.269)
Despesa com assessoria e consultoria	(3.419)	(20.865)	(2.701)	(20.851)
Despesa plano de saúde	(97.837)	(80.489)	(97.657)	(80.421)
Reversão/(Provisão) reestruturação industrial	5.807	96.390		56.402
Hedge fluxo de caixa realizado (nota 12 b)	(92.140)	(77.444)	(92.140)	(77.444)
Impairment Fair Value Transnordestina		(387.989)		(387.989)
Outras despesas	(56.477)	(85.256)	(13.440)	(4.850)
	(646.944)	(1.076.730)	(438.776)	(771.938)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	177.342	(413.221)	361.098	(184.548)

(*) Trata-se de valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, a qual é irretratável e irrevogável, no sentido de aplicar o posicionamento consolidado do STJ sobre o tema, que culminou na condenação da Eletrobrás ao pagamento dos corretos juros e correção monetária do Empréstimo Compulsório. O referido trânsito em julgado, bem como a certeza e segurança sobre valores envolvidos na liquidação de sentença (procedimento judicial para requerer a satisfação do direito), permitiram a conclusão de que a entrada desse valor é certa. Desta forma, alinhado com nossos assessores jurídicos e contábeis externos, reconhecemos os créditos no ativo não-circulante em contrapartida a resultado como Outras Receitas Operacionais.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (nota 18 b)	61.549	60.964	99.404	40.646
Rendimentos sobre aplicações financeiras	162.292	301.401	77.654	97.762
Ganhos com derivativos	28.503	5.829		
Recompra de títulos da dívida		146.214		
Outros rendimentos (*)	42.730	129.182	84.696	60.143
	295.074	643.590	261.754	198.551
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(827.841)	(930.508)	(226.780)	(224.460)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(1.610.714)	(2.229.849)	(1.384.162)	(1.915.375)
Partes relacionadas (nota 18 b)		(3.185)	(525.483)	(1.184.396)
Juros Capitalizados (notas 9 e 29)	91.957	215.794	21.308	127.675
Perdas com derivativos		(362)		
Juros, multas e moras fiscais	(72.343)	(38.002)	(59.816)	(7.996)
Comissões e despesas bancárias	(159.088)	(155.249)	(142.102)	(127.549)
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(21.926)	(39.154)	(17.536)	(32.665)
Outras despesas financeiras (**)	(142.296)	(102.450)	(112.448)	(71.758)
	(2.742.251)	(3.282.965)	(2.447.019)	(3.436.524)
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações monetárias líquidas	(10.556)	7.865	(26.248)	7.804
Variações cambiais líquidas	(5.665)	921.310	(69.214)	1.993.784
Variações cambiais com derivativos	(229)	(812.227)		
	(16.450)	116.948	(95.462)	2.001.588
Resultado financeiro líquido	(2.463.627)	(2.522.427)	(2.280.727)	(1.236.385)
Demonstração dos resultados das operações com derivativos				
Dólar futuro BM&F		(805.760)		
Sw ap dólar x euro	(229)	(6.467)		
	(229)	(812.227)		-
Sw ap Pré x CDI		(299)		
Sw ap CDI x Pré		(63)		
DI Futuro	28.503	5.829		
	28.503	5.467		
	28.274	(806.760)		-

(*) Refere-se substancialmente a Atualização de Créditos Fiscais.

(**) Refere-se substancialmente a IOF e Provisão de Encargos IRRF/CSLL.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

- Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, produz laminados a frio e aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é especializada na produção de perfis usados na construção civil.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos no Brasil, que consolida o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho.

As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que, além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros.

Ao final do ano de 2015, a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata, formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, atualmente denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. A CSN ainda detém 100% da Minérios Nacional que reúne as minas de Fernandinho (operacional), Cayman e Pedras Pretas (recursos minerais), todas localizadas em Minas Gerais.

Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho no Estado de Rondônia.

- **Logística**

- i. Ferroviária**

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que detém concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

- a) MRS**

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.

- b) TLSA e FTL**

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado – Recife, Itabaiana – Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I); e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

ii. Portuária

O segmento de logística portuária consolida a operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país.

- **Energia**

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999, que utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica.

- **Cimento**

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda/RJ.

No 2º semestre de 2016, a Companhia iniciou a operação de um novo forno de clínquer, em Arcos/MG, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria e também duas moagens de cimentos em adição às moagens que já operam em Volta Redonda/RJ.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

- **Vendas por área geográfica**

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

- **Resultado por segmento**

A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna "Despesas corporativas/eliminação".

								31/12/2017
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) (*)	4.921.719	32.576.843				3.313.061	(5.359.571)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	7.818.552	829.268	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(2.491.006)	8.706.466
Mercado externo	5.140.471	3.791.703					885.961	9.818.135
Total receita líquida (nota 21)	12.959.023	4.620.971	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(1.605.045)	18.524.601
Custo produtos e serviços vendidos	(10.537.547)	(3.005.840)	(156.997)	(1.024.696)	(285.085)	(512.762)	1.926.786	(13.596.141)
Lucro Bruto	2.421.476	1.615.131	81.243	391.916	122.586	(25.633)	321.741	4.928.460
Despesas vendas e administrativas	(963.822)	(158.958)	(27.943)	(94.921)	(27.098)	(80.823)	(877.383)	(2.230.948)
Depreciação (nota 22)	658.587	490.805	15.752	294.571	17.265	121.801	(190.016)	1.408.765
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							538.170	538.170
EBITDA ajustado	2.116.241	1.946.978	69.052	591.566	112.753	15.345	(207.488)	4.644.447
Vendas por área geográfica								
Ásia	23.364	3.592.226					885.961	4.501.551
América do Norte	2.009.337							2.009.337
América Latina	506.951							506.951
Europa	2.564.823	197.701						2.762.524
Outras	35.996	1.776						37.772
Mercado externo	5.140.471	3.791.703					885.961	9.818.135
Mercado interno	7.818.552	829.268	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(2.491.006)	8.706.466
TOTAL	12.959.023	4.620.971	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(1.605.045)	18.524.601

								31/12/2016
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) (*)	4.857.174	36.983.297				2.814.476	(4.062.774)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	6.980.087	542.028	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(2.079.534)	7.729.913
Mercado externo	4.535.821	4.039.875					843.340	9.419.036
Total receita líquida (nota 21)	11.515.908	4.581.903	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(1.236.194)	17.148.949
Custo produtos e serviços vendidos	(9.393.237)	(3.099.236)	(141.542)	(914.361)	(195.994)	(467.373)	1.571.701	(12.640.042)
Lucro Bruto	2.122.671	1.482.667	66.180	405.546	73.101	23.235	335.507	4.508.907
Despesas vendas e administrativas	(914.927)	(185.149)	(25.180)	(83.020)	(25.196)	(74.528)	(907.128)	(2.215.128)
Depreciação (nota 22)	679.074	461.287	13.430	227.792	17.140	73.030	(192.937)	1.278.816
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							502.345	502.345
EBITDA ajustado	1.886.818	1.758.805	54.430	550.318	65.045	21.737	(262.213)	4.074.940
Vendas por área geográfica								
Ásia	30.815	3.519.713					843.340	4.393.868
América do Norte	1.891.865							1.891.865
América Latina	259.640							259.640
Europa	2.324.580	434.378						2.758.958
Outras	28.921	85.784						114.705
Mercado externo	4.535.821	4.039.875					843.340	9.419.036
Mercado interno	6.980.087	542.028	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(2.079.534)	7.729.913
TOTAL	11.515.908	4.581.903	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(1.236.194)	17.148.949

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto.

• EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado é a medição pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos, resultado de operações descontinuadas e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do EBITDA proporcional das controladas em conjunto.

Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/(Prejuízo) do exercício	111.229	(853.058)
Resultado de Operações Descontinuadas		9.561
Depreciação/Amortização/Exaustão (nota 22)	1.408.765	1.278.816
IR e CSLL (nota 14)	409.109	266.546
Resultado financeiro (nota 24)	2.463.627	2.522.427
EBITDA	4.392.730	3.224.292
Outras receitas/(despesas) operacionais (nota 23)	(177.342)	413.221
Resultado equivalência patrimonial	(109.111)	(64.918)
Ebitda proporcional de controladas em conjunto	538.170	502.345
EBITDA ajustado (*)	4.644.447	4.074.940

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável, que está fechado para novas adesões desde setembro de 2013. A partir dessa data, todos os novos funcionários devem aderir ao Plano CBSPrev, estruturado na modalidade de contribuição definida, criado também em setembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2017 a CBS tinha 35.176 participantes (34.051 em 31 de dezembro de 2016), dos quais 20.734 eram contribuintes ativos (19.442 em 31 de dezembro de 2016), 13.587 eram funcionários aposentados (13.783 em 31 de dezembro de 2016) e 855 eram beneficiários vinculados (826 em 31 de dezembro de 2016). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2017, 11.367 pertencem aos planos de Benefício Definido, 12.567 ao plano Misto, 1.141 ao plano CBSPrev Namisa e 10.101 ao plano CBSPrev.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2017 a CBS detinha 20.143.031 ações ordinárias da CSN (mesmo número em 31 de dezembro de 2016). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$5,1 bilhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$5,0 bilhões em 31 de dezembro de 2016). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, conseqüentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido, denominados “35% da Média Salarial” e “Plano de Suplementação da Média Salarial”, a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial.

Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

26.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para

atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde julho de 2017.

26.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

26.c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(111.281)	(119.854)	41.937	28.004
Benefícios de saúde pós-emprego			866.784	691.262
	(111.281)	(119.854)	908.721	719.266

	Controladora			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(95.898)	(109.106)	41.937	28.004
Benefícios de saúde pós-emprego			866.784	691.262
	(95.898)	(109.106)	908.721	719.266

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.077.849	2.872.442
Valor justo dos ativos do plano	(3.305.356)	(3.193.493)
Déficit/(Superávit)	(227.507)	(321.051)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	158.163	229.201
Passivo / (Ativo) Líquido	(69.344)	(91.850)
Passivos	41.937	28.004
Ativos	(111.281)	(119.854)
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(69.344)	(91.850)

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2017 é demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações no início do exercício	2.872.442	2.430.381
Custo do serviço	1.285	1.244
Custo dos juros	322.359	311.361
Benefícios pagos	(284.777)	(264.287)
Perda/(ganho) atuarial	166.540	393.743
Valor presente das obrigações no final do exercício	3.077.849	2.872.442

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2017 é demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(3.193.493)	(2.684.736)
Receita com juros	(360.013)	(345.521)
Benefícios pagos	284.777	264.287
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(36.627)	(427.523)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(3.305.356)	(3.193.493)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Custos de serviços correntes	1.285	1.244
Custos de juros	322.359	311.361
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(360.013)	(345.521)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	26.843	22.189
	(9.526)	(10.727)
Total dos custos /(receita) não reconhecida (*)	6	7
Total dos custos /(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(9.532)	(10.734)
Total dos custos (receitas), líquidos (*)	(9.526)	(10.727)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee Benefits*.

O (custo) /receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2017 está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
(Ganhos) e perdas atuariais	166.540	393.743
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(36.627)	(427.523)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	(97.882)	41.796
	32.031	8.016
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	32.037	8.023
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos	(6)	(7)
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais (*)	32.031	8.016

(*) (Ganho) / Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

Abertura dos ganhos ou perdas atuariais, conforme item 141 do CPC 33(R1):

	31/12/2017
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas	(3.488)
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	264.638
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	(94.610)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(36.627)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	(97.882)
(Ganhos) e perdas atuariais	32.031

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	Plano Milênio: 11,68% Plano 35% e Suplementação: 11,72%	Plano Milênio: 11,68% Plano 35% e Suplementação: 11,72%
Taxa de inflação	5,00%	5,50%
Taxa de aumento nominal do salário	6,05%	6,56%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,00%	5,50%
Taxa de retorno dos investimentos	Plano Milênio: 10,42% Plano 35%: 10,30% e Suplementação: 10,32%	Plano Milênio: 11,68% Plano 35% e Suplementação: 11,72%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio, Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)	Plano Milênio, Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Plano 35% e Suplementação : Light Média Plano Milênio : Prudential (Ferr. Aposent.)	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano.	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tabela de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Plano BD (*)	Plano Milênio (*)	Plano BD (*)	Plano Milênio (*)
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais				
Masculino	20,45	19,55	20,45	19,55
Feminino	23,02	22,17	23,02	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos				
Masculino	42,69	41,59	42,69	41,59
Feminino	46,29	45,30	46,29	45,30

(*) Plano BD compõe o Plano 35% e Suplementação da Média Salarial e o Plano Milênio compõe o Plano Misto de Benefício complementar.

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2017		31/12/2016	
Renda Variável	50.966	1,54%	62.904	1,97%
Renda Fixa	3.085.783	93,36%	2.966.272	92,88%
Imóveis	44.083	1,33%	42.383	1,33%
Outros	124.524	3,77%	121.934	3,82%
Total	3.305.356	100,00%	3.193.493	100,00%

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para o plano de pensão, a despesa em 2017 foi de R\$41.544 (R\$35.798 em 31 de dezembro de 2016).

26.d) Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2017.

Para o plano misto de benefício complementar, as contribuições esperadas no valor de R\$ 26.170 serão pagas em 2018 para a parcela de contribuição definida e R\$ 784 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco).

26.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada abaixo:

31/12/2017						
	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	246	(320)	879	(919)	(656)	491
Efeito no valor presente das obrigações	(15.691)	15.342	(75.107)	82.773	(46.256)	49.545
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais					330	(283)
Efeito no valor presente das obrigações					2.588	(2.221)
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	1.799	(1.646)	8.896	(8.120)	5.555	(4.993)
Efeito no valor presente das obrigações	17.563	(16.073)	86.537	(79.006)	53.031	(47.660)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(1.045)	1.041	(4.623)	4.564	(894)	904
Efeito no valor presente das obrigações	(10.158)	10.116	(44.773)	44.205	(9.417)	9.425

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

Pagamentos	2017
Ano 1	276.660
Ano 2	285.841
Ano 3	294.923
Ano 4	303.858
Ano 5	312.591
Próximos 5 anos	1.682.216
Total de pagamentos esperados	3.156.089

26.f) Plano de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais. Desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações	866.784	691.262
Passivo	866.784	691.262

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo atuarial no início do exercício	691.262	489.074
Despesa reconhecida no resultado do exercício	77.269	62.342
Contribuições patrimoniais vertidas no exercício anterior	(72.192)	(70.411)
Reconhecimento do (ganho)/perda atuarial	170.445	210.257
Passivo atuarial no final do exercício	866.784	691.262

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação	170.445	210.257
(Ganhos)/Perda reconhecida no patrimônio líquido	170.445	210.257

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

	31/12/2017	31/12/2016
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	19,55	19,55
Feminino	22,17	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos		
Masculino	41,59	41,59
Feminino	45,30	45,30

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2017	31/12/2016
Biométricas e Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	Winklevoss com probabilidades de morte reduzidas em 1% em todas as idades	Winklevoss com probabilidades de morte reduzidas em 1% em todas as idades
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	10,34%	11,73%
Inflação	5,00%	5,50%
Aumento real dos custos médicos em função da idade (<i>Aging Factor</i>)	0,5% - 3,00% real a.a.	0,5% - 3,00% real a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos (<i>HCCTR</i>)	8,41%	8,93%
Custo médico médio (<i>Claim Cost</i>)	1.001,69	698,57

26.g) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada abaixo:

31/12/2017

Plano de Assistência Médica		
Hipótese: Taxa de Desconto		
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	660	(723)
Efeito no valor presente das obrigações	(33.996)	36.985
Hipótese: Inflação Médica		
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	8.150	(6.698)
Efeito no valor presente das obrigações	78.813	(67.670)
Hipótese: Tábua de Mortalidade		
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(2.059)	2.040
Efeito no valor presente das obrigações	(19.906)	19.728

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	2017
Ano 1	75.009
Ano 2	78.161
Ano 3	81.121
Ano 4	83.850
Ano 5	86.296
Próximos 5 anos	456.301
Total de pagamentos esperados	860.738

27. COMPROMISSOS

27.a) Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrados no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período		2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
	2016	2017						
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração.	856.838	957.373	877.288	877.288	854.609	732.391	3.602.687	6.944.263
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer.	621.551	563.743	246.624	36.159	36.159	36.159		355.101
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	49.487	8.880	6.012	6.012	6.012	6.012	7.515	31.563
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	36.765	52.103	18.118	5.665				23.783
	1.564.641	1.582.099	1.148.042	925.124	896.780	774.562	3.610.202	7.354.710

27.b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referentes às concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2017, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa / Concessão	Natureza do serviço	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
FTL (Ferrovia Transnordestina Logística)	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	9.069	9.069	9.069	9.069	54.414	90.690
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, o contrato foi renovado e o vencimento ocorrerá em 2047.	107.296	107.296	107.296	107.296	2.789.696	3.218.880
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001. Em 10 de Maio de 2017, foi aprovado o Decreto nº 9.048 que altera o prazo de prorrogação do prazo de concessão para exploração das operações portuárias. Neste novo decreto foi estabelecido que o período de prorrogação solicitado, quando somado ao período inicial, não poderá ultrapassar 70 anos.	30.958	30.958	30.958	30.958	139.309	263.141
		147.323	147.323	147.323	147.323	2.983.419	3.572.711

27.c) Projetos e outros compromissos

• Projeto Transnordestina

O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 52% o qual estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. A Companhia espera que os investimentos permitam que a Transnordestina Logística S.A., concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. O prazo da concessão se encerra em 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu parte dos equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) aporte de capital pela CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado

pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor de orçamento composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, referente ao processo TC 012.179/2016, o Tribunal de Contas da União – TCU proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido.

Existe um procedimento administrativo perante a ANTT que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão correspondente à Malha II pela Concessionária TLSA. A área técnica da ANTT, em opinião unilateral, entendeu que existe configurado descumprimento das obrigações contratuais pela Concessionária. A opinião da área técnica está sob avaliação e, caso comprovada a irregularidade, a ANTT poderá aplicar as penalidades cabíveis, dentre elas, a caducidade. O procedimento está em fase de instrução e não há, até o momento, nenhuma decisão definitiva sobre o mérito.

Em relação à Malha I, operada pela FLT – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”), existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão pela Concessionária FTL. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a FTL teria descumprido o TAC assinado em 2013 em decorrência do descumprimento da meta de produção de 2013. A ANTT decidiu instaurar um processo administrativo para apurar o eventual descumprimento do contrato de concessão e, caso comprovada a irregularidade, poderá aplicar as penalidades cabíveis, dentre elas, a caducidade. A Concessionária apresentou recurso contra esta decisão, estando o procedimento na fase de instrução e não há, até o momento, nenhuma decisão definitiva sobre o mérito.

28. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2017, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de setembro de

2017 a 31 de março de 2019. Nos termos da apólice, o limite máximo de indenização é de US\$600 milhões e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, CSN Mineração e Sepetiba Tecon. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$375 milhões em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social pagos	268.847	456.227		
Adição ao imobilizado com capitalização de juros (nota 9 e 24)	91.957	215.794	21.308	127.675
Aquisição de imobilizado por meio de empréstimo	4.265	7.437		
Capitalização em controlada sem efeito caixa	20.264		80.686	52.419
	385.333	679.458	101.994	180.094

30. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
(Prejuízo)/Lucro do exercício	111.229	(853.058)	10.272	(934.747)
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	(12)	87	2.168	5.403
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(203.022)	(219.417)	(206.275)	(227.352)
Imposto de renda e contribuição social sobre (perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(1.073)	(2.619)		
	(204.107)	(221.949)	(204.107)	(221.949)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	170.342	(486.890)	170.342	(486.890)
Ativos disponíveis para venda	847.849	711.942	847.849	711.942
(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	2.814	1.299	2.814	1.299
(Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa	(50.987)	1.005.968	(50.987)	1.005.968
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado	92.140	77.444	92.140	77.444
(Perda)/ganho <i>hedge</i> de investimentos reflexo de investimentos em controladas			(39.893)	77.952
(Perda)/ganho <i>hedge</i> de investimento líquido no exterior	(39.893)	77.952		
(Perda)/Ganho Combinação de Negócios	4.415		4.415	
	1.026.680	1.387.715	1.026.680	1.387.715
	822.573	1.165.766	822.573	1.165.766
Resultado Abrangente Total do Exercício	933.802	312.708	832.845	231.019
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	832.845	231.019	832.845	231.019
Participação dos acionistas não controladores	100.957	81.689		
	933.802	312.708	832.845	231.019

31. INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTE – CONSTRUÇÃO DA PLANTA DE AÇOS LONGOS

Considerando a citação de um executivo da Companhia em notícias divulgadas pela imprensa em abril de 2017, a partir de depoimentos prestados perante o Poder Judiciário, o Comitê de Auditoria decidiu contratar serviço forense especializado para conduzir investigação externa e independente acerca do relacionamento contratual relativo à construção da Planta de Aços Longos da CSN (contrato no qual teria havido supostos pagamentos indevidos, a título de bônus, como forma de reembolso a pagamentos efetuados a partidos políticos), bem como para analisar a extensão da relação comercial entre as contratantes. A conclusão da Investigação é de que nada dos depoimentos acima referidos restou confirmado, inexistindo contingências decorrentes dos temas investigados. Por conseguinte, entende a Companhia que não existe fundamento para justificar a constituição de qualquer provisão para perdas ou divulgação de contingência. Em outubro de 2017, cumprindo determinação do Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal instaurou um inquérito para apurar os fatos delatados naqueles depoimentos anteriormente mencionados. Até esta data, nada foi constatado no referido inquérito.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

- **Alongamento da Dívida**

Em fevereiro de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R\$4,9 Bilhões com o Banco do Brasil S.A. ("BB"), referente às suas próprias emissões de Notas de Crédito à Exportação somadas às emissões feitas por sua controlada CSN Mineração, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até dezembro 2024, com garantia de parte das ações preferenciais da Usiminas (USIM5), de titularidade da Companhia. Adicionalmente, a Companhia está realizando processo similar com a Caixa Econômica Federal ("CEF") para alongamento de suas dívidas, sendo que as principais condições para o referido alongamento já foram apreciadas favoravelmente pelo Conselho Diretor da CEF (em conjunto, "Alongamento das Dívidas").

- **Emissão de título de dívida**

Em fevereiro de 2018 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), por meio de sua controlada CSN Resources S.A., no valor de US\$350 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 7,625% ao ano. Em paralelo, foi promovida oferta de recompra ("*Tender Offer*") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp. e CSN Resources S.A., controladas da Companhia, tendo sido recomprados US\$ 350 milhões em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

- **Amortização da Dívida**

A companhia amortizou antecipadamente em 15 de fevereiro e 05 de março de 2018 os valores de US\$208 milhões e US\$148 milhões, respectivamente de dívida no mercado externo ("Bonds") totalizando um montante de US\$356 milhões.
